

RESSALVA

Atendendo solicitação do autor,
o texto completo desta tese será
disponibilizado somente a partir
de 17/09/2021



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de São José do Rio Preto

Vladimir Miguel Rodrigues

**Primeiro como tragédia, segundo como farsa: escravidão, abolição e democracia racial
na Literatura de Carolina Maria de Jesus, Paulo Lins e Ferréz**

São José do Rio Preto

2020

Vladimir Miguel Rodrigues

**Primeiro como tragédia, segundo como farsa: escravidão, abolição e democracia racial
na Literatura de Carolina Maria de Jesus, Paulo Lins e Ferréz**

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Orientador: Prof^a. Dr. Alvaro Luiz Hattnher

São José do Rio Preto

2020

R696p Rodrigues, Vladimir Miguel

Primeiro como tragédia, segundo como farsa: escravidão, abolição e democracia racial na Literatura de Carolina Maria de Jesus, Paulo Lins e Ferréz / Vladimir Miguel Rodrigues. -- São José do Rio Preto, 2020
409 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto
Orientador: Alvaro Luiz Hattnher

1. Bonapartismo. 2. Democracia racial. 3. Quarto de despejo. 4. Cidade de Deus. 5. Capão Pecado. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Vladimir Miguel Rodrigues

**Primeiro como tragédia, segundo como farsa: escravidão, abolição e democracia racial
na Literatura de Carolina Maria de Jesus, Paulo Lins e Ferréz**

Tese apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de São José do Rio Preto.

Comissão examinadora

Prof. Dr. Alvaro Luiz Hattner (Orientador)
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof. Dr. Arnaldo Franco Júnior
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof. Dr. Márcio Scheel
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca
UNESP – Câmpus de Araraquara

Prof. Dr. Edimilson de Almeida Pereira
UFJF – Câmpus de Juiz de Fora

São José do Rio Preto
17 de Setembro de 2020

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ao Prof. Dr. Alvaro Luiz Hattner por todo o comprometimento no desenrolar desta tese e, principalmente, na colaboração imprescindível à minha formação acadêmica desde 2004 na graduação, passando pelo Mestrado concluído em 2010, até o fechamento deste ciclo de doutoramento. Por extensão, à Unesp-Ibilce de São José do Rio Preto, instituição pública de renome internacional que tanto fez pela educação do país. Sou um privilegiado por usufruir ao longo de mais de uma década de seus serviços e tenho o dever moral de devolver à sociedade essa oportunidade única. Sempre estarei de prontidão na luta pela sua existência.

Agradeço também ao Prof. Dr. André Luís Gomes de Jesus pelo auxílio na elaboração da ideia geral desta tese. Ao Prof. Dr. Robbin G. Kelley da UCLA (EUA), o qual me orientou na elaboração do conceito de “capitalismo racial”. À Prof. Dra. Lilia Moritz Schwarcz (USP), a qual teceu importantes observações sobre a História afro-brasileira. À Profa. Ms. Sirlene Barbosa e ao artista João Pinheiro pelas contribuições acerca da obra de Carolina Maria de Jesus. Ao escritor Ferréz, pela receptividade no Capão Redondo e informações relevantes sobre o seu livro. Ao Prof. Dr. Maurizio Filippo di Silva (UFPR) pelas oportunas críticas construtivas aos aspectos filosóficos deste trabalho. Ao Prof. Henrique Faria Bello e ao Prof. Me. Fernando Petean pelo auxílio nas análises literárias. Ao Prof. Me. Jones Manoel da Silva pelas inestimáveis contribuições marxistas. Ao Prof. Dr. Arnaldo Franco Jr. pelo amplo conhecimento sobre a literatura nacional e ao Prof. Dr. Márcio Scheel pelas sugestões filosóficas imprescindíveis. A Alberto Jungo Nishi e à Prof. Dra. Tatiana Miguel Rodrigues pelo auxílio técnico.

À minha esposa pelo apoio e paciência diários. Aos meus pais, Ruben e Suely por me propiciarem, desde a infância, livros, amor e oportunidades, com dedicação especial desta tese ao meu pai que sempre defendeu a “repetição da História brasileira”: pai, agora ela tem mais uma defesa acadêmica. Ao meu avô, João Miguel (*in memoriam*), grande liderança revolucionária do Noroeste paulista, que estava sempre a postos na luta pela fraternidade universal. Por fim, dedico esta tese à minha filha, Antonela, e à sua geração: que lutem de todas as maneiras por um Brasil mais humano que pare de repetir a sua história de desigualdade e opressão à população negra e pobre.

Será que nunca faremos senão confirmar
A incompetência da América católica
Que sempre precisará de ridículos tiranos?
Será, será que será, que será, que será
Será que esta minha estúpida retórica
Terá que soar, terá que se ouvir por mais mil anos?
(VELOSO, 1984)

Que bloco é esse? Eu quero saber.
É o mundo negro que viemo mostrar pra você.
Somo crioulo doido somo bem legal.
Temos cabelo duro somo black power.
(GIL, 1977)

Por que vocês não sabem
Do lixo ocidental?
Não precisam mais temer
Não precisam da solidão
Todo dia é dia de viver
Eu sou da América do Sul
Eu sei, vocês não vão saber
(NASCIMENTO, 1970)

A cultura e o folclore são meus
Mas os livros foi você quem escreveu
Quem garante que Palmares se entregou?
Quem garante que Zumbi você matou?
(NATIRUTS, 1999)

O mundo é diferente da ponte pra cá.
(RACIONAIS MC'S, 2002)

Sou um homem de causas. Vivi sempre pregando e lutando, como um cruzado, pelas causas que me comovem. Elas são muitas, demais: a salvação dos índios, a escolarização das crianças, a reforma agrária, o socialismo em liberdade, a universidade necessária. Na verdade somei mais fracassos que vitórias em minhas lutas, mas isto não importa. Horrível seria ter ficado ao lado dos que nos venceram nessas batalhas
(RIBEIRO, 1994).

RESUMO

A literatura brasileira feita por negras e negros na segunda metade do século XX, como *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus (1960), *Cidade de Deus*, de Paulo Lins (1997), e *Capão Pecado*, de Ferréz (2000), expôs a fratura da ideologia da democracia racial, ao mostrar que a população negra e pobre ainda sofre com a miséria, moradias precárias, desemprego e violência policial, características que aproximam a contemporaneidade da época da escravidão. Defendendo a hipótese de que os elementos da escravidão mantêm-se vivos no Brasil mais de 130 anos após a Lei Áurea, este trabalho pretende demonstrar por quais meios estéticos a literatura nacional retratou a condição de vida dos descendentes de escravizados. O estudo procurou responder às questões como: por que temáticas como fome, miséria, violência, desemprego, drogas, estiveram presentes na literatura feita por negras e negros na segunda metade do século XX? Como as obras literárias refutaram a ideologia da democracia racial? Por que Carolina Maria de Jesus e as personagens dos romances de Paulo Lins e Ferréz tiveram inúmeras dificuldades para superar a condição de marginalidade? Por meio da análise materialista e dialética de Marx e Engels (1998) e seus intérpretes, como Gramsci (2006), Lukács (2016), Clóvis Moura (1994), Florestan Fernandes (1977), Carlos Nelson Coutinho (1979) e Antonio Mazzeo (2015), procedeu-se o estudo sobre a história brasileira e sua literatura, destacando autores que registraram a temática da escravidão e suas consequências para o Brasil republicano, com destaque para José de Alencar, Machado de Assis e Lima Barreto. Para as análises literárias de Carolina Maria, Paulo Lins e Ferréz, o estudo levou em consideração o conceito de “vida do espírito”, de Arendt (1995), “razão negra” de Mbembe (2018a) “novo realismo”, de Schollhammer (2009), e “realismo feroz”, de Candido (2011), problematizando, por meio de Rocha (2006), o tipo de dialética presente na literatura contemporânea, a da marginalidade. Concluiu-se que a estrutura material brasileira, latifundiária e desigual, esteve intacta ao longo da história, sempre controlada por setores da elite branca, a qual preservou os seus interesses, constituindo um tipo de Estado bonapartista-colonial-racial, que evitou qualquer tipo de ruptura material que promovesse a ascensão política e econômica dos setores populares e fortaleceu a ideologia da democracia racial. Logo, a população negra e pobre, em geral, foi sendo lançada à marginalidade, convivendo com a fome, desemprego e violência, temas que, consequentemente, foram discutidos nas narrativas de Carolina Maria de Jesus, Paulo Lins e Ferréz os quais, por meio do diário e do romance refutaram a suposta igualdade racial ao retratarem esse cotidiano de exclusão e opressão das

favelas brasileiras em diferentes momentos, da década de 1950 aos anos 2000, deixando explícito que o país ainda guarda uma herança escravista que impede a efetivação de uma verdadeira cidadania para a população negra e pobre.

Palavras-chave: Bonapartismo. Democracia racial. Quarto de despejo. Cidade de Deus. Capão Pecado.

ABSTRACT

Brazilian literature made by black women and men in the second half of the twentieth century, such as *Child of the dark*, by Carolina Maria de Jesus (1960), *City of god*, by Paulo Lins (1997), and *Capão Pecado*, by Ferréz (2000), exposed the fracture of the ideology of racial democracy, by showing that the black and poor people still suffers from poverty, precarious housing, unemployment and police brutality, characteristics that bring the contemporary era of slavery closer. Defending the hypothesis that the elements of slavery remain alive in Brazil more than 130 years after the end of slavery, this work intends to demonstrate by which aesthetic means the national literature portrayed the living conditions of the descendants of enslaved people. The study sought to answer questions such as: why themes such as hunger, misery, violence, unemployment, drugs, were present in the literature written by black women and men in the second half of the 20th century? How did literary works refute the ideology of racial democracy? Why did Carolina Maria de Jesus and the Paulo Lins' and Ferréz' novels characters have had numerous difficulties in overcoming the condition of marginality? Through the materialistic and dialectical analysis of Marx and Engels (1998) and their interpreters, such as Gramsci (2006), Lukács (2016), Robinson (2000), Clovis Moura (1994), Florestan Fernandes (1977), Carlos Nelson Coutinho (1979) and Antonio Mazzeo (2015), proceeded the study of Brazilian history and its literature, highlighting authors who recorded the theme of slavery and its consequences for the republican era, with emphasis on José de Alencar, Machado de Assis and Lima Barreto. For the literary analyzes of Carolina Maria, Paulo Lins and Ferréz, the study took into account the concept of "life of the spirit", by Arendt (1995), "black reason", by Mbembe (2018a), "new realism", by Schollhammer (2009), and "brutalism", by Candido (2011), problematizing, through Rocha (2006), the type of dialectic present in contemporary literature, that of marginality. It was concluded that the Brazilian structure, latifundial and unequal, was intact throughout history, always controlled by sectors of the white elite, which preserved their interests, constituting a type of State "Bonapartist-colonial-racial", which avoided any kind of material rupture that would promote the political and economic rise of the popular sectors and strengthened the ideology of racial democracy. Soon, the black and poor people, in general, was thrown into marginality, living with hunger, unemployment and violence, themes that, consequently, were discussed in the narratives of Carolina Maria de Jesus, Paulo Lins and Ferréz who, through of the diary and the novel refuted the supposed racial equality by portraying this daily exclusion and oppression of Brazilian favelas at different times,

from the 1950s to the 2000s, making it explicit that the country still has a slave heritage that prevents the realization of a true citizenship for the black and poor people.

Keywords: Bonapartism. Racial democracy. Child of the dark. City of god. Capão Pecado.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 2 A HISTÓRIA BRASILEIRA É UM PASSADO QUE NÃO PASSA.....	22
2.1 – O materialismo histórico e sua inversão dialética	22
2.1.1 - Escravidão e ideologia.....	29
2.1.2 – A chamada acumulação originária de capital	32
2.2 - A observação que mudou a História	37
2.2.1 – Entre o literal e o irônico: a História de fato se repete?	42
2.3 - A consolidação do capitalismo racial e a História brasileira como repetição.....	43
2.3.1 – Trabalho e alienação: do Brasil Colônia à abolição	48
2.3.2 – Escravidão e resistência	63
2.3.3 – A “via prussiana” como modelo brasileiro	69
2.3.4 – As limitações da independência e o Império do Racismo.....	71
2.3.5 – O velho novo do Segundo Reinado (1840-1889)	79
2.3.6 - A legitimidade científica.....	83
2.3.7 - Caminhos para a “abolição”	92
CAPÍTULO 3 - O PAPEL DA LITERATURA NA CONSTRUÇÃO RACIAL BRASILEIRA.....	100
3.1 – Romantismo: as duas faces de uma mesma moeda	103
3.1.1 – Castro Alves e o Romantismo ativista	104
3.1.2 - José de Alencar, um literato a serviço da ideologia senhorial	107
3.1.2.1 – Do pseudônimo à narrativa: um escravista desiludido com o Império	108
3.1.2.2 – Os elementos textuais e as relações escravistas.....	110
3.1.2.3 – Conclusões do projeto escravista de Alencar.....	121
3.1.3 - O realismo e a perspectiva do Bruxo do Cosme Velho	124
3.1.3.1 – A poesia de “13 de maio”	126
3.1.3.2 – <i>Helena</i> e a ideologia senhorial	127
3.1.3.3 – A situação dos escravizados	128
3.1.3.4 – Vicente, o pajem.....	130
3.1.3.5 - Memórias póstumas de Brás Cubas.....	133
3.1.3.6 - “O menino é o pai do homem”	134
3.1.3.7 – O fim do tráfico negreiro e o relacionamento com Cotrim.....	136
3.1.3.8 – “Vergalho”	138
3.1.3.9 – “Mariana” e as incertezas do “Ventre Livre”	140
3.1.3.10 – “Pai contra mãe”	145
3.1.4 – Outras referências abolicionistas que tentaram desconstruir a “história única” no século XIX	148

3.1.4.1 – O simbolismo de Cruz e Sousa	148
3.1.4.2 – A poesia de Luiz Gama e José do Patrocínio	150
3.2 – Lei Áurea.....	152
3.2.1 - O ativismo popular.....	155
3.3 – O dia seguinte: saindo do nada em direção ao lugar nenhum.....	165
3.4 – A proclamação da República e o aprofundamento de nosso caráter bonapartista	173
3.5 - O Rio de Janeiro, capital da República, na visão de um negro, Lima Barreto.....	185
3.5.1 – Favelização e a Revolta da Vacina	191
3.5.2 – A continuidade do açoite na Revolta da Chibata	196
3.5.3 – A escravidão acabou, mas não para Isaías Caminha	198
3.6 – Década de 1930: Era Vargas (1930 – 1945) e a consolidação do discurso da democracia racial	207
3.6.1 Passando do racismo para o culturalismo: Gilberto Freyre e <i>Casa Grande e Senzala</i>	219
3.6.2 – Mestiço: problema ou solução na Era Vargas? O discurso estadonovista e o racismo de Monteiro Lobato	225
3.7 – A República Democrática (1946 – 1964) e o desmascaramento da democracia racial por Clovis Moura e Florestan Fernandes.....	230
3.8 –O domínio dos capitais	246
3.9 – Juscelino Kubitschek e os 50 anos em 5: progresso para branco e favela para negro	249
CAPÍTULO 4 A URBANIZAÇÃO DESORGANIZADA INFLUENCIOU UMA NOVA LITERATURA: <i>QUARTO DE DESPEJO</i>	252
4.1 – Mundo do espírito vs. Mundo material: uma relação dialética em busca da “razão negra”	252
4.2 – <i>Quarto de despejo</i> como resultado de uma abolição incompleta	260
4.2.1 – A “vida do espírito” em meio ao espaço da exclusão material: relatos de uma continuidade da escravidão na nova senzala, a favela	262
4.2.2 – O pensar para julgar, agir e escrever: uma “razão negra” para escapar da fome	266
4.2.3– O espírito para denunciar elementos da superestrutura, isto é, a política, apesar do fardo da alienação	272
4.2.4 O sujeito pensante na heterologia do espaço urbano	276
4.2.5 – A questão da linguagem e dos pesos e medidas: sinais do bonapartismo-colonial-racial	282
4.2.6 – A colaboração dos elementos paratextuais	286
4.2.7 – Uma memória de muitas Carolinas.....	288
CAPÍTULO 5 - O GOLPE MILITAR: PARA OS BRANCOS O “MILAGRE ECONÔMICO”, PARA OS NEGROS A FAVELA DA CIDADE DE DEUS	293
5.1 – <i>Cidade de Deus</i> : espaço de marginalização, denúncia e exposição de uma abolição inacabada	301
5.2 – A formação do Inferninho	305

5.3 – A construção das personagens que pensam, querem e julgam, mas que caem no “mal ancestral”	312
5.3.1 – Inferninho	314
5.3.2 – Pardalzinho	318
5.3.3 – Zé-Miúdo	321
5.3.4 – O papel dos instrumentos repressivos	328
4.3.5 – Reminiscências da escravidão, sonho ou realidade?	334
CAPÍTULO 6 - CEM ANOS DE LIBERDADE? CONTINUIDADE DE ELEMENTOS DA ESCRAVIDÃO EM <i>CAPÃO PECADO</i>	339
6.1 – <i>Capão Pecado</i> é o quilombo do final do século XX	346
6.2 – O espaço Capão Redondo e o estilo Ferréz	348
6.2.1 – Personagens	354
6.2.2 – Entre o real e o imaginário no país bonapartista-colonial-racial: Capão Redondo, o que sobrou para os negros e pobres, a nova senzala	358
6.2.3 – Rael	363
6.2.4 – A circularidade da vida	368
7 CONCLUSÃO – Uma nova dialética, a marginalidade.....	371
REFERÊNCIAS.....	392
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	406

1. INTRODUÇÃO

A História brasileira pode ser pensada, metaforicamente, como um solo que se forma a partir de várias camadas no tempo. As mais profundas, formadas há milhares de anos continuam fazendo parte do solo atual. Logo, quando se planta neste solo, deve-se considerar essas várias camadas responsáveis pela formação dos elementos proteicos, minerais deste solo. Analogamente, nossa História se desenvolve de maneira semelhante porque ao longo do tempo se sedimentaram uma série de relações sociais que não foram completamente rompidas. Logo, quando ocorreram movimentos históricos que deveriam promover o surgimento de novas relações, como a independência em 1822, a proclamação da República em 1889, a “Revolução” de 1930, a Ditadura Militar (1964-1985) e a redemocratização (1988) não ocorreram negações das antigas relações, mas sim, sua incorporação, em um processo de continuidade permanente. Esse solo que não consegue se renovar tem raízes escravistas e demofóbicas (MOURA, 2019).

Em pleno século XXI, o Brasil ainda enfrenta sérios problemas sociais: a fome endêmica, a miséria crônica, a ausência de saneamento básico, o desemprego. Nada muito diferente daquilo que sempre percorreu em nossa história. Quase duzentos anos após a teórica declaração de independência, no 7 de setembro de 1822, e de mais de 130 anos da abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, todas essas mazelas sociais recaem, principalmente, sobre os descendentes de africanos escravizados.

Essa situação de profunda desigualdade é fruto de um racismo estrutural (ALMEIDA, 2018), herança de uma violenta escravidão e de uma abolição limitada. Infelizmente, “a carne mais barata do mercado” continua sendo “a carne negra” (SOARES, 2002), reificada desde a escravidão, e que, mesmo como toda a resistência organizada desde o período colonial, que proporcionou importantes conquistas de espaços na sociedade brasileira, continuou sofrendo com limitações na cidadania no período republicano no qual seriam supostamente “livres”. Esse cenário desolador, reflexo de uma sociedade cujas estruturas econômicas, políticas e ideológicas são racistas, pode ser visto em todas as esferas, não só no censo do IBGE, mas também na Arte, ora com as leituras feitas pelo cinema, ora com a literatura, objeto de estudo desta tese. Será pela obra marxista-engelista e seus intérpretes que as análises desta tese serão feitas.

No capítulo 1, abordo a ascensão das teses marxistas-engelistas a partir do *Manifesto do Partido Comunista em 1848* e da *Ideologia alemã*. Escrevendo em um contexto profundamente influenciado pela consolidação da sociedade industrial e suas contradições socioeconômicas,

Karl Marx e Friedrich Engels revolucionaram a filosofia e a História. Para os autores, ao analisarem de maneira dialética os modos de produção ao longo da História, se as relações econômicas são desiguais, escravistas por exemplo, na superestrutura, isto é, nas relações não-econômicas, surgirão justificativas para a manutenção da escravidão. Ora, as relações estruturais são uma via de mão de dupla, criando uma relação de reciprocidade entre estrutura e superestrutura. Logo, as relações econômicas desiguais projetam na consciência e na ideologia, por exemplo, justificativas para o regime escravista que, por sua vez, mantém as relações econômicas desiguais.

Por meio desses conceitos, perceberemos como a escravidão foi sendo justificada, no Brasil, ora pelo viés religioso (séculos XVI ao XVII), ora pela conversão da ciência em ideologia burguesa (MARX; ENGELS, 2007), a partir do século XIX. E, posteriormente, a partir da década de 1930, consolida-se a ideologia da democracia racial como tentativa de ocultar as desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros na sociedade pós-abolição.

As lições de filosofia da história de Marx também servem de suporte para leituras de períodos históricos, como o caso brasileiro a partir do seu *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Marx (2011, p. 25) afirma: “Em alguma passagem de sua obra, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”. Apesar de interpretar de maneira irônica e crítica a leitura de Marx sobre a ascensão do sobrinho de Napoleão Bonaparte, defendo que a repetição da História pode ser utilizada como suporte de interpretação da cronologia dos acontecimentos que se sucederam no Brasil da chegada de Cabral aos dias atuais, amparado na tradição marxiana brasileira por meio de Moura (2019), Coutinho (1979), Fernandes (1975) e Mazzeo (2015). Nossa história se repete quando se trata da manutenção de elementos escravistas na sociedade brasileira. Conceitos como “via-prussiana” (LENIN, 1977), “revolução-restauração” e “revolução passiva” (GRAMSCI, 2006), “revolução pelo alto” (COUTINHO, 1979), “revolução burguesa débil” (FERNANDES, 1975) e “modernização sem mudança social” (MOURA, 2019) são fundamentais para entender a ausência de fraturas em nossa história. Foram ausentes, no Brasil, as rupturas vitoriosas feitas de baixo para cima no plano nacional.

A escravidão em terras brasileiras, a mais longa de uma colônia americana, tendo durado cerca de 350 anos (MOURA, 2019), foi a maior violência da história nacional, cujas feridas continuam abertas ainda hoje. Haveria horror maior em nosso passado do que a escravidão? Apesar de africanos e africanas e seus descendentes terem construído grande parte da riqueza material e imaterial do país, possibilitando a “acumulação primária de capital” (MARX, 1996a)

e a resistência à escravidão ter sido onipresente (MOURA, 2019), a violência estatal permeou os seus caminhos. Uma violência que é consequência do nosso “capitalismo racial” desenvolvido não só pelo Estado português, mas, acima de tudo por aquilo que chamei de “bonapartismo-colonial-racial” para se referir ao nosso Estado independente, ao adaptar o conceito de Mazzeo (2015): nosso tipo peculiar de bonapartismo afastou, obviamente, a população brasileira da participação das decisões do Estado, convertendo-o em uma autocracia burguesa, mas, conseguiu ir além nos seus requintes de crueldade: violentou e explorou milhões de africanos, trazidos compulsoriamente da África. É esse tipo de Estado presente em nosso território que agiu e ainda age por aquilo que Mbembe (2018b) chamou de “necropolítica”, escolhendo quem vive e quem morre.

Ainda no capítulo 1, a leitura histórica do desenvolvimento de teorias supremacistas, em *Crítica da razão negra* e *Necropolítica* de Mbembe (2018) e Bethencourt (2017) e o seu *Racismos*, mostra que ideologias de superioridade sempre estiveram presentes entre grupos e povos, aprofundando-se a partir das Grandes Navegações quando os africanos tornaram-se a mola propulsora do capitalismo. A tradição marxiana em Robinson (2000), Lukács (1981), Silva (2012) Moura (1994; 2019), conferiu importante suporte à esta tese no entendimento da escravidão na América Colonial: forma de acúmulo de capital, criando um “capitalismo racial” (ROBINSON, 2000), fundamento imprescindível para o enriquecimento da burguesia luso-brasileira e, principalmente europeia, relacionando-se a maior parte da riqueza no Velho Continente a partir do século XV, que pode ser expressa nas grandes obras públicas feitas em Portugal, ou nas manifestações artísticas – do Barroco à *Art Nouveau* – ou até mesmo no advento da Revolução Industrial inglesa, cuja burguesia acumulou capital com o tráfico negreiro e empréstimos aos portugueses pagos com o ouro brasileiro extraído com mãos negras (MOURA, 2019). Essa abordagem histórica do Brasil também contou com a leitura de Moura (1994), Nascimento (2016) e Mbembe (2018a) e Césaire (2020).

No capítulo 2, o percurso da repetição histórica dos afro-brasileiros, pela tradição marxiana brasileira, foi marcado pela suposta abolição do 13 de maio de 1888, aqui analisada como uma farsa, podendo ser vista como “abolição incompleta”. A abolição, enquanto manifestação do direito positivo burguês e da própria superestrutura, não superou os problemas socioeconômicos e raciais do Brasil, pois não foi acompanhada de rupturas na estrutura econômica, isto é, uma reforma agrária, por exemplo. É mais uma demonstração da “conciliação” de classes de nossa história sempre conduzida pelos setores da burguesia (COUTINHO, 1979). Se a história se repete no Brasil, elementos da escravidão continuaram

presentes na sociedade livre, a qual vai esconder, superestruturalmente, as disparidades entre brancos e negros por meio da ideologia da democracia racial, como exposto em Moura (2019).

Neste contexto, as obras de Lukács (1981), Moura (2019) e Silva (2012), dão suporte para afirmar que em uma sociedade teoricamente livre, de economia capitalista, os ex-escravizados sofreram as mazelas do racismo, o qual é consequência da exploração do trabalho desigual. Seguindo a interpretação de Lukács (1981), a larga utilização do trabalho de escravizados proporcionou o desenvolvimento de uma profunda alienação entre brancos livres e negros escravizados. Na ótica da explicação do desenvolvimento da consciência, entende-se que se as relações materiais (estrutura) são desiguais, e, consequentemente, os trabalhadores braçais perdem a riqueza produzida e passam a possuir uma consciência desviante (superestrutura) que ora incorporou a ideologia da classe dominante, ora se rebelou contra ela. Esse tipo de alienação permeou as relações socioeconômicas e políticas no Brasil em virtude do não-rompimento das características dominantes da estrutura material, como, principalmente, o latifúndio, historicamente nas mãos da elite branca.

Após a abolição, a não criação de políticas compensatórias para os ex-escravizados, como a realização de uma reforma agrária ou indenização monetária, assim como o descaso com a educação universal e gratuita, não criando políticas públicas para a sua escolarização, lançou esses mais de 700 mil brasileiros a uma condição de marginalidade (MOURA, 2019), fundamentando o “capitalismo racial” (ROBINSON, 2000) na sociedade “livre”, cujas bases são feitas pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2018). Sendo assim, a continuidade do racismo sofrido pela população negra é vista, enquanto tese supostamente científica (MBEMBE, 2018), como uma ideologia para fins políticos de dominação da burguesia branca na “nova” sociedade de classes.

As consequências desse processo histórico estão por aí, em uma sociedade extremamente desigual, social e racialmente, tendo ecoado de maneira definitiva na literatura brasileira, como mostro no Capítulo 2. As imagens construídas pela literatura sobre o negro foram, em geral, estereotipadas (MOURA, 1994) e criadas, muitas vezes, pela visão burguesa e branca. Foram importantes para essa abordagem as obras: *O negro escrito* de Camargo (1987), *Reflexões sobre a literatura afro-brasileiras* do Quilombhoje (1985), *Criação crioula, nu elefante branco* organizado por Xavier; Cuti; Alves (1986), *Um tigre na floresta de signos*, organizado por Pereira (2010), *O perigo de uma história única* de Adichie (2019) e *Dialética radical do Brasil negro* de Moura (1994).

Machado de Assis, a partir da década de 1850 relatou, com inúmeros exemplos, a situação dos escravizados, ora em obras consagradas como *Helena* e *Memórias Póstumas*, ora

em contos como “Mariana” e “Pai contra mãe”, entre outros, observando a ideologia senhorial, marcada pelo paternalismo e violência. Neste mesmo contexto de Segundo Reinado, outro importante personagem literário, José de Alencar, foi um entusiasta da escravidão, sendo um ícone da ideologia senhorial. Além desses autores, foram utilizados, de maneira panorâmica, para enfatizarmos de que maneira a literatura brasileira expressou todo o contexto racista analisado acima, outros nomes de relevância, como José do Patrocínio, Castro Alves, Aluísio Azevedo, Luiz Gama e Cruz e Souza.

Nesta tese, defendo que a literatura, como elemento da superestrutura, teve uma importância gigantesca para a construção racial do Brasil: interpretando os pressupostos do pensamento de Lukács (1981), entende-se que a objetividade do real atua na subjetividade individual: então, de um lado, autores foram responsáveis pela criação do estereótipo do negro brasileiro e, de outro, foram veículos de luta contra o racismo. Como afirmou Bosi (2002, p. 15):

A escrita trabalha não só com a memória das coisas realmente acontecidas, mas com todo o reino do possível e do imaginável. O narrador cria, segundo o seu desejo, representações do bem, representações do mal ou representações ambivalentes. Graças à exploração das técnicas do foco narrativo, o romancista poderá levar ao primeiro plano do texto ficcional toda uma fenomenologia de resistência do eu aos valores e antivalores do seu meio.

No período da República Velha (1889-1930) os textos literários tiveram papel significativo na narração da história brasileira em meio ao poder dos cafeicultores, principalmente, na obra de Lima Barreto, escritor negro que expôs as farsas da abolição no período imediatamente posterior à Lei Áurea. Seus textos são importantes para mostrar de que maneira a literatura brasileira, em um percurso histórico, retratou as desigualdades raciais, desconstruindo a tese de que o fim da escravidão teria sido suficiente para eliminar as diferenças entre brancos e negros, como pensavam, inclusive, os políticos de maior destaque nacional, como Rui Barbosa, responsável pela queima dos arquivos da escravidão, uma “ação criminosa [...] na tentativa não de ‘apagar a mancha negra da escravidão’, mas sim, no sentido de ‘apagar as provas jurídicas possíveis que obrigassem o governo a indenizar os fazendeiros senhores de escravos’” (FILHO, 1987, p. 35).

Posteriormente, na Era Vargas (1930-1945), a qual aproximou nosso bonapartismo-colonial-racial de suas feições clássicas, defendi que a tese da democracia racial, pertencente à superestrutura, a qual ganhou força a partir da leitura da obra de Freyre (2006), *Casa Grande & Senzala*, serviu de base para a construção de uma ideologia dominante, inclusive defendida

pelo próprio Estado, de que não há diferenças entre brancos e negros, porque vivemos em uma sociedade mestiça cuja definição está no sentido de ser brasileiro, isto é, de mistura com várias culturas e povos. Essa tese, reveladora de uma alienação social e de uma deturpação da realidade (SILVA, 2012), operou no sentido ideológico (MARX; ENGELS, 2007) de esconder o racismo presente na sociedade brasileira como um todo, refletindo na literatura de autores como Monteiro Lobato, um dos grandes representantes das letras do contexto, sendo, aliás, criticado por suas posições racistas em textos, como “Negrinha”. As posições de Lobato são evidentes na análise da naturalização da suposta inferioridade do negro, típica do contexto.

O fim da Era Vargas e da 2ª Guerra Mundial trouxeram, teoricamente, novos ares libertários, dando início à República Democrática (1945-1964) brasileira. Neste contexto, foi realizado, a pedido da Unesco, o estudo de Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes* (2008), o qual, junto à obra de Clóvis Moura, já citada aqui, e de Guerreiro Ramos, solaparam a tese da democracia racial, expondo todo o abismo socioeconômico entre brancos e negros. A partir dos dados obtidos pela pesquisa de Fernandes, esta tese lança mão de um dos seus objetos de estudo, a literatura de Carolina Maria de Jesus. A análise de Fernandes (2008) aproxima-se, em vários aspectos, da leitura crítica feita por Moura (2019) sobre a herança da escravidão.

Se mesmo após a abolição os escravizados simplesmente se tornaram classe operária ou ficaram à margem da proletarização (FERNANDES, 2008), as relações materiais do Brasil “livre e republicano” mantiveram-se desiguais, logo o racismo como ideologia política de dominação é consequência dessas mesmas relações econômicas desiguais, ou seja, é superestrutura. Consequentemente, a alienação, que é consequência desse tipo de conexão estrutural, repercute entre negros e brancos na crença da democracia racial ou sua refutação (LUKÁCS, 2010). Carolina Maria, e personagens de *Cidade de Deus* e *Capão Pecado*, como Rael, tentam sair dessa condição de alienação, contrariando a tese da democracia racial. Seguindo a proposta de Arendt (1995), em *A vida do espírito*, esses personagens possuem uma relação dialética entre a “vida do espírito” e a “vida material”. A vida material é marcada pela ausência, pela marginalidade econômica, social e política, enquanto na vida do espírito, possuem a consciência das diferenciações raciais e econômicas, esforçando-se para superar a condição de carestia e segregação em que vivem. Dessa maneira, ao usarem o espírito, autores, narradores e personagens das obras analisadas buscam a criação daquilo que Mbembe (2018a) chamou de “razão negra” em busca de uma definição identitária daquilo que eles próprios se reconhecem.

No capítulo 3, excertos de *Quarto de despejo* mostram de que maneira os recursos estéticos e o conteúdo veiculado na obra representam a continuidade da violência da escravidão e, conseqüentemente, de uma abolição incompleta, tornando teatral a tão falada “democracia racial”, narrativa consolidada no contexto. Interpretando o conceito de “vida do espírito” (ARENDT, 1995), é perceptível que Carolina possui uma relação dialética entre a sua vida espiritual e a sua vida material, ou seja, sua consciência nega a vida material de fome, a nova escravidão, rejeitando continuar nessa condição material extremamente desigual. É por meio da literatura que Carolina resiste à “necropolítica” e tenta fugir da realidade material negativa, buscando uma vida com o mínimo de dignidade.

Quarto de despejo foi publicado em 1960, momento em que o Brasil ainda vivia a euforia econômica dos “50 anos em 5” do presidente Juscelino Kubitschek e os negros brasileiros conheciam somente a parte opaca daquela superestrutura, os “anos dourados”, ou seriam “anos brancos”? Os historiadores Levine (1994) e Meihy (1996) enaltecem que o fato de Carolina ser negra, mulher, chefe de família e viver na metrópole fazia com que ela resumisse alguns dos dilemas nacionais e favorecesse os debates sobre as questões que o livro aborda. Para eles, a narrativa pessoal de Carolina era considerada uma metonimização do drama de legiões de pobres, “que formavam a conveniente mão-de-obra, mas que também perturbavam a paisagem nacional” (LEVINE, 1994, p. 32).

No capítulo 4, as representações de uma abolição incompleta estão presentes na obra *Cidade de Deus* de Paulo Lins que, apesar de ter feito muito sucesso na passagem dos anos 1990 para 2000, se passa no contexto do Rio de Janeiro, nos anos 1970-1980, imediatamente posterior ao período de Carolina Maria de Jesus. Na época da criação do complexo da Cidade de Deus, o Brasil vivia a Ditadura Militar (1964-1985), mais um episódio que aproxima nosso “bonapartismo-colonial-racial” de suas características tradicionais, regime que em nenhum momento admitiu a existência de diferenciações raciais, muito pelo contrário: o autoritarismo militar defendeu a tese, publicamente, da democracia racial e perseguiu elementos do movimento negro que tentassem mostrar o contrário (PIRES, 2018).

A partir da ótica do narrador da obra, os personagens de *Cidade de Deus* podem ser divididos, basicamente, em “otários” e “bichos-soltos”, trabalhadores e traficantes/malandros, respectivamente. A obra centraliza-se na narrativa da vida marginal de Inferninho até a ascensão de Zé Miúdo ao tráfico. É um importante retrato da favela carioca, repleta de criminalidade, dominada pelo tráfico de drogas e abandonada pelo poder público, o qual é marcado por profunda corrupção. O espaço da favela carioca, constituído em sua maioria pela população negra, é um retrato do descaso de governos que praticaram a “necropolítica” com os

descendentes de escravizados, os quais, por detrás do falso discurso da democracia racial, foram jogados à marginalidade pela “autocracia burguesa” (MAZZEO, 2015) e empurrados à criminalidade. A ausência de medidas inclusivas do negro na sociedade acabou por lançar essa população à condição marginal, periférica, montando um verdadeiro “Estado paralelo”, marcado pela violência entre a própria comunidade e para com o resto da sociedade.

Ao analisar a participação do narrador e a construção de três personagens de destaque, Inferninho, Pardalzinho e Zé Miúdo, percebi que eles usam, inicialmente, da “vida do espírito” (ARENDT, 1995) como uma tentativa de se afastarem da alienação reinante, definida pela democracia racial, porém, o fazem de maneira bem limitada. Há a relação dialética entre a vida da consciência e a material. Eles se negam a aceitar a condição material excludente. Entretanto, são incapazes de projetarem-se na direção de uma vida verdadeiramente livre, seja da fome ou das várias formas de violência existentes na favela, principalmente o tráfico de drogas. Acabam entrando naquilo que chamei de “mal ancestral”, o qual é diferente da “banalidade do mal” de Arendt (1995). Nesta obra, é o narrador, como reflexo do próprio autor aquele que tem mais sucesso na “vida do espírito”, construindo uma “razão negra” de resistência e superação das desigualdades.

No capítulo 5, o último objeto de estudo é *Capão Pecado* de Ferréz. O autor narra a realidade da periferia da capital paulista, São Paulo, no final do século XX, pouco mais de um século após a abolição da escravidão. O local, Capão Redondo, é conhecido por seus extremos: grande celeiro cultural, local de desenvolvimento do Hip Hop paulistano, marcadamente na vertente do rap dos Racionais Mc’s, conhecidos pela sua denúncia de uma abolição incompleta e o abandono de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos básicos da população negra; por outro lado, a região é conhecida pela sua pobreza, abandono, altos índices de criminalidade e, conseqüentemente, uma baixa qualidade de vida, em um local onde moram, principalmente, afro-brasileiros.

Percebi que a “vida do espírito” do protagonista do romance, Rael, oscilou entre a conduta de Carolina e a dos “bicho-soltos” de *Cidade de Deus*. Há, em seu comportamento, evidentemente, aquilo que acompanha as análises das obras anteriores, uma relação dialética entre a vida do espírito e a vida material. Primeiramente, a personagem, em sua consciência, não aceita a vida em que se encontra, marcada, materialmente, por baixos salários, moradias precárias, violência, etc. Rael entende que a saída dessa condição está nos estudos, no trabalho honesto. Entretanto, apesar de adquirir essa consciência, foi incapaz de superar sua condição, cometendo um pecado capital neste Capão onde o “mal ancestral” fez raízes. Para certificar a ficção criada sobre a vida de Rael, Ferréz utilizou várias fotos e testemunhos de seus “manos”

do Capão Redondo, os quais certificam que a realidade vivida ali é cruel, semelhante aos tempos da escravidão. São essas testemunhas, junto ao narrador, semelhantemente a Cidade de Deus, aqueles que também tiveram maior êxito na “vida do espírito” para a construção da “razão negra”, fugindo dos determinismos sociais.

Para as análises literárias de *Cidade de Deus* e *Capão Pecado* foram utilizados Candido (2011) e Schollhammer (2009), os quais lançaram os conceitos de “realismo feroz” e “novo realismo”, respectivamente. O conceito de Candido diz respeito a obras que se caracterizariam por serem essencialmente “do contra” (contra a escrita elegante, contra a convenção realista elegante, contra a convenção realista, contra a lógica narrativa e contra a ordem social), sugerindo um movimento duplo de negação da condição social e superação da realidade. Adicione a isso o fato de elas remeterem a um momento de violência urbana que atinge todas as esferas sociais. Nas palavras de Candido (2011, p. 211): “guerrilha e criminalidade solta, superpopulação, migração para as cidades, quebra do ritmo estabelecido de vida, marginalidade econômica e social” se somam à negação de uma tradição literária estabelecida e dão respaldo para o desenvolvimento do “realismo feroz”. Pela visão de Schollhammer (2009, p. 57-58),

Não se trata, portanto, de um realismo tradicional e ingênuo em busca da ilusão de realidade [...] o novo realismo se expressa pela vontade de relacionar a literatura e a arte com a realidade social e cultural da qual emerge, incorporando essa realidade esteticamente dentro da obra e situando a própria produção artística como força transformadora.

Dessa maneira, é possível identificar que a literatura da segunda metade do século XX problematizou a situação da população negra nas grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, por meio do “realismo feroz”, resultado da violência inerente ao contexto. Em decorrência de toda essa análise, percebe-se que o conceito de Candido (1993) de “dialética da malandragem” não é mais suficiente para interpretar o desenvolvimento dessas novas narrativas, cujos protagonistas não oscilam mais entre “ordem” e “desordem”. Não há mais trânsito entre as classes e uma possível acomodação dos estratos mais baixos nos níveis mais altos da sociedade, daí a necessidade de uma nova análise, proposta por Rocha (2006), a “dialética da marginalidade”, a qual pode ser vista como um elemento do racismo estrutural brasileiro.

Portanto, concluí que, por meio de três obras literárias contemporâneas, a realidade de gerações de negras e negros brasileiros a partir do final do século XIX foi decisivamente marcada por uma abolição incompleta da escravidão, a qual solapou oportunidades de viver dignamente e livre, contrastando com uma falsa ideia de que “vivemos em uma democracia racial”. Seja pelo testemunho vivo de Carolina Maria ou de personagens criados a partir da

experiência real de Paulo Lins ou de Ferréz, as narrativas literárias tornam-se poderosos instrumentos de crítica das ideologias dominantes, para que, a partir dessa perspectiva, se possa repensar os caminhos que traçamos até aqui e por quais outros ainda percorreremos até que se possa afirmar que verdadeiramente somos uma sociedade que concede oportunidades iguais a todos, independentemente da cor da pele.

7 CONCLUSÃO – Uma nova dialética, a marginalidade

Em *Dialética da Malandragem - caracterização das Memórias de um Sargento de Milícias*, Candido (1993) define que o romance de Manuel Almeida é um romance malandro, de conexão evidente entre Literatura e sociedade de sua época, o Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Candido (1993) inaugurou uma análise inédita para a teoria da literatura, a linha da “malandragem”. Para Schwarz (1987, p. 130):

Esta vem da colônia e se manifesta na figura folclórica de Pedro Malazarte, em Gregório de Matos, no humorismo popular, na imprensa cômica e satírica da Regência, num veio de nossa literatura culta do século XIX, e culmina no século XX, com Macunaíma e Serafim Ponte-Grande, onde é estilizada e levada a símbolo.

Candido (1993) percebe que as personagens vão e vêm pelas esferas sociais da ordem e da desordem sem qualquer parcialidade, sem qualquer valoração positiva ou negativa de um polo ou outro. Não há juízo moral e viés de classe nessa oscilação. Para Schwarz (1987, p. 132) as seguintes passagens simbolizam essa oscilação: “No chefe-de-polícia Major Vidigal, que enverga uma casaca mas esquece de tirar os tamancos, que também usa, ou no mestre de cerimônias, que é apanhado de solidéu e ceroulas no quarto de sua amiga cigana”. Essa seria a tendência estética da sociedade brasileira do contexto de produção da obra (SCHWARZ, 1987).

Do ponto de vista documental, o romance possui limites evidentes: não há escravos e nem senhores, logo, não há representação da figura do trabalhador e nem de seu chefe. Logo, predomina um setor médio, fluido, anômico da sociedade brasileira, que traduzia, simbolicamente, o Brasil daquela conjuntura, como expôs Schwarz (1987, p. 132): “sociedade em que uns poucos livres trabalhavam e os outros flauteavam ao Deus dará, colhendo as sobras do parasitismo, dos expedientes, das munificências, da sorte ou do roubo miúdo”.

Candido (1993, p. 82) enaltece que, na obra, as personagens:

Ficou o ar de jogo dessa organização bruxuleante fissurada pela anomia, que se traduz na dança dos personagens entre lícito e ilícito, sem que possamos afinal dizer o que é um e o que é outro, porque todos acabavam circulando de um para o outro com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX.

A dialética da malandragem repousa sobre esse aspecto histórico da sociedade brasileira oitocentista e tributária do período colonial. Um exemplo evidente dessa relação são as consequências da ordem escravista na sociedade livre, principalmente entre os homens livres

que não são proprietários e, conseqüentemente, precisam viver do parasitismo social, não possuem nem trabalho regular, nem são donos de terra. Logo, oscilam entre a ordem e desordem.

Nas palavras de Candido (1993), essa dialética da ordem e da desordem é um princípio de generalização, a qual organiza os dados extraídos da ficção e da realidade. As *Memórias de um sargento de milícias* visam analisar os moldes folclóricos da esperteza popular, constituindo a base da dialética da malandragem: a sabedoria do povo para sobreviver consegue evitar os conflitos de classe, subvertendo a rigidez de uma sociedade de classes formalmente hierarquizada, afastando-se de qualquer remorso ou convicção. Serve de trunfo para o discurso hegemônico da possibilidade de as pessoas, sejam elas reais ou fictícias, de ascenderem socialmente no Brasil supostamente democrático.

A evolução das personagens de *Memórias de um sargento de milícias* explicita a forma do romance: uma alternância entre ordem e desordem. A atuação dessas personagens é um resumo do *ethos* de um setor fundamental da sociedade brasileira: os homens livres daquele contexto, os quais não são nem escravizados, nem senhores, vivendo em um espaço intermediário entre os dois polos principais da sociedade brasileira, a qual, “não era possível prescindir da ordem nem viver dentro dela” (SCHWARZ, 1987, p. 138). Dessa maneira, é ponto fulcral na análise de Candido (1993) o estilo de vida de um setor da sociedade brasileira, os homens livres e pobres, baseado na “dialética de ordem e desordem”. É desse estrato que se projeta a figura do malandro, figura socialmente plástica:

Homem de muitas faces e discursos, cujo gingado compete com sua habilidade em tirar vantagem nas mais diversas, e adversas, situações. Esse modo especial de negociar diferenças permite a coexistência de diversos códigos dentro do mesmo espaço social, evitando – dessa maneira – o surgimento de conflitos sociais ou, pelo menos, tornando-os mais prontamente controláveis. (ROCHA, 2006, p. 159).

Para Schwarz (1987), a análise de Candido (1993) é de profunda relevância porque expressa uma tradição literária brasileira feita via “dialética da malandragem”, sendo proveniente desde os tempos da Colônia até o Modernismo da década de 1920, tornando a dialética de ordem e desordem “um dado estrutural da sociedade brasileira” (p. 144). O malandro é um representante de uma estrutura social marcada pelo “deixa-disso”, em vez de apelar ao conflito e à ruptura, como termina a situação do protagonista Leonardo, símbolo do malandro, o qual, após se aventurar no mundo da desordem, consegue um casamento vantajoso e uma promoção inesperada, se tornando “sargento de milícias”. A figura do malandro serviu

perfeitamente para a manutenção das estruturas materiais dominantes da sociedade brasileira, criando, superestruturalmente, a ideia da possibilidade de ascensão social.

É por esse meio que Candido (1993) esboça uma perspectiva otimista do desenvolvimento capitalista no Brasil. A oscilação entre ordem e desordem se traduz em uma sociedade mais folgada e sem um rigor definido pela ética capitalista, como seria, por exemplo, na sociedade estadunidense, cuja base ética foi o protestantismo. Para Schwarz (1987, p. 150), a “dialética da malandragem” como elemento de prática popular que marcou a sociedade brasileira:

Sublinha os inconvenientes de racismo e fanatismo religioso que ela nos poupou, e especula sobre as suas afinidades com uma ordem mundial mais favorável, que pelo contexto seria pós-burguesa. Assim, a matriz de alguns dos melhores aspectos da sociedade brasileira estaria na sociabilidade desenvolvida pelos homens pobres, à qual o futuro talvez reserve uma oportunidade.

Sua posição positiva pode ser lida como uma previsão de um Brasil singular dentro da esfera capitalista mundial. Olhando a sociedade brasileira, em formação no Brasil Império, pela ótica da vida dos menos abastados, Candido (1993) visualiza uma sociedade mais protegida contra as práticas intolerantes, cujos indivíduos oscilam entre os níveis socioeconômicos sem restrições. A violência é contida por meio da conciliação e a promessa de ascensão de classes. Teria o futuro de fato trazido uma oportunidade a essas classes menos abastadas e definindo o Brasil como uma sociedade de conciliação de classes? Até que ponto a malandragem se tornou um mito formador da história e sociedade brasileiras?

O texto de Antônio Candido foi escrito em 1970, auge da Ditadura Militar brasileira em seus “anos de chumbo” (SCHWARCZ; STARLING, 2015). O período ditatorial vivido pelo Brasil entre 1964-1985 não fez absolutamente nada em prol da ascensão social das classes menos favorecidas. Muito pelo contrário. As políticas públicas sempre conduzidas “pelo alto” (COUTINHO, 1979), por setores da elite econômica, industrial, empreiteira, latifundiária, projetaram os negócios do Estado em direção aos interesses dos grandes grupos privados, mantendo a lógica econômica dominante no Brasil desde Cabral. Do ponto de vista urbano, conforme analisado nesta tese, as cidades passaram por um inchaço e, conseqüentemente, uma desordem explicitada na consolidação dos espaços periféricos nas médias e grandes cidades, principalmente.

O resultado desse processo foi atroz para a sociedade brasileira que emergiu da redemocratização. O legado do período ditatorial foi marcado por uma imensa dívida externa,

aliada a uma hiperinflação que custaria a ser superada. Vivíamos de fato na “Belíndia”, alegoria criada pelo economista Edmar Bacha (1978) para denunciar a situação do país, como exposto por Schwarcz e Starling (2015, p. 454):

Quando o governo dos militares terminou, em 1985, o país estava endividado e a inflação chegava a 235%. O Brasil se tornara cópia exata do reino da Belíndia, situado num longínquo rincão entre o Ocidente e o Oriente e criado, em 1974, pela imaginação do economista Edmar Bacha, que queria denunciar a crise, precisava driblar a censura e criou o texto “o economista e o rei da Belíndia: uma fábula para tecnocratas”. Em Belíndia, a forma de contabilizar a riqueza nacional servia para ocultar a brutal concentração de renda que repartia o país entre regiões avançadas – a “Bélgica” – e regiões muitíssimas atrasadas – a “Índia” – onde havia fome, miséria absoluta, baixa expectativa de mortalidade infantil.

É dentro desse contexto, da passagem da década de 1980 para a de 1990, que começa a se desenvolver o contexto social para a emergência da literatura de Paulo Lins e Ferréz, com um viés de realismo documental-performativo (SCHOLLHAMMER, 2009). E a explosão da violência e da miséria vividas no Brasil pós-ditadura trouxeram evidências das limitações da “dialética da malandragem”. A proposta aqui não é, jamais, a de reduzir esse tão importante conceito para a análise da cultura brasileira, mas, sobretudo, a partir da proposta de Rocha (2006), ter outro viés de análise da literatura e sociedade brasileiras a partir das mudanças vivenciadas nas últimas décadas.

Não será de simples visibilidade, na Literatura, e na sociedade do final do século XX e início do XXI, a oscilação entre a ordem e a desordem. Sai o malandro, entra o marginal e, conseqüentemente, uma nova dialética entra em cena, a da “marginalidade”, “fundada no princípio da superação das desigualdades sociais através do confronto direto em vez da conciliação, através da exposição da violência em vez de sua ocultação” (ROCHA, 2006, p. 162). Para o autor, o caráter brutal presente nas personagens de *Cidade de Deus*, com destaque em Zé Miúdo, exige novos modelos de análise da sociedade brasileira e sua produção artística. Mesmo que os protagonistas façam uso da “vida do espírito” (ARENDT, 1995), a possibilidade de alçar grandes voos na estrutura material desigual se torna limitada. Os personagens, pelas atividades do espírito, possuem a consciência de onde vivem e o negam, mas é tarefa hercúlea evitar o “mal ancestral”, aquele tipo de mal proveniente da tragédia escravista e que não foi rompido na sociedade livre devido à manutenção dos meios de produção nas mãos da elite branca, a qual, aliada ao Estado bonapartista-colonial-racial, não garantiu os direitos básicos para os menos favorecidos, principalmente negros e pobres.

Para Rocha (2006), a obra *Quarto de despejo* de Carolina Maria de Jesus é a precursora da “dialética da marginalidade”. Dentre tantas passagens já analisadas anteriormente, uma delas pode ser vista como expoente desse novo tipo de dialética:

O que se nota é que ninguém gosta da favela, mas precisa dela. Eu olhava o pavor estampado no rosto dos favelados. – Eles estão filmando as proezas do Promessinha. Mas o Promessinha não é da nossa favela. Quando os artistas foram almoçar os favelados queriam invadir e tomar as comidas dos artistas. Pudera! Frangos, empadinhas, carne assada, cervejas (...) Admirei a polidez dos artistas da Vera Cruz. É uma companhia cinematográfica nacional. Merece deferência especial. Permaneceram o dia todo na favela. A favela superlotou-se. E os vizinhos de alvenaria ficaram comentando que os intelectuais dão preferência aos favelados. (...) As mulheres xingavam os artistas: – Estes vagabundos vieram sujar a nossa porta. As pessoas que passavam na Via Dutra e viam os bombeiros vinham ver se era incêndio ou se era alguém que havia morrido afogado. O povo dizia: – Estão filmando o Promessinha! Mas o título do filme é Cidade Ameaçada (JESUS, 2018, p. 180-181).

A favela é, por excelência, o lugar da “necropolítica”, local do quarto de despejo da sociedade, a qual descarta no local aquilo que não deseja. Tornar a favela um objeto de estudo, local de filmes, séries, temas de escolas de samba, ou então, no caso de Carolina Maria de Jesus, palco e objeto para conseguir publicar seus livros. Quanto disso retira a comunidade da situação em que vive? Quanto disso a torna participante da sociedade do consumo? A própria Carolina Maria de Jesus foi alertada perante a essa questão: “– Eles ganham dinheiro nas tuas costas e não te pagam. Eles estão te embrulhando. Você não deve entregar-lhe o livro. Eu não impressionei com as ironias do senhor Manoel” (JESUS, 2018, p. 170). Apesar da pequena ascensão alcançada com algum sucesso do seu livro, a ponto de Carolina conquistar uma “casa de alvenaria” no bairro de Santana, a escritora nunca teve o reconhecimento digno de seu trabalho e não conseguiu sair completamente da condição das classes subalternas. As estruturas de uma sociedade racista são tão arraigadas, que Carolina Maria recebeu a alcunha de “diarista”, uma favelada qualquer que escreveu um diário, não sendo devidamente reconhecida como “escritora”. Levine e Meihy (2015, p. 33) relatam que:

Alguns contavam casos exagerados ou pitorescos que contribuíam para a caricatura de uma ex-favelada pretensiosa e que apesar de “rica” não se adaptava aos padrões exigidos pela ética social. A multiplicação destes pressupostos foi munição constante na guerra brasileira de aceitação da escritora.

A Casa Grande brasileira não aceitaria uma descendente de escravizados do dia para a noite em seus espaços de poder, gozando de seus capitais (SOUZA, 2017). Desde que mudou

para Santana, Carolina Maria de Jesus (1961 apud LOYOLA 1961, p. 8) reconheceu aquilo que sempre esteve presente na sua vida, o racismo: “Triste glória que não me deixa ter vontade própria. Quero ser eu. Fizeram-me desviar de tudo que pretendia quando morava na favela e ansiava deixar o barraco. O que sou agora? Um boneco explorado e me recuso a isso”. Carolina percebeu que ela era um simples instrumento. Antes, catadora de lixo, era explorada pelos ferros-velhos e afins. Após a publicação de *Quarto de despejo*, continuou explorada pelo meio editorial e cinematográfico. Mas, fato é que a escritora, por meio da sua “vida do espírito” por meio de muito esforço publicou seus livros e ascendeu na sociedade burguesa a ponto de adquirir uma casa de alvenaria, algo hercúleo para uma sociedade que cria inúmeros obstáculos para que isso ocorra com a maioria daqueles que vieram das mesmas origens de Carolina. Entretanto, como é óbvio perante a estrutura racista do Brasil, não foi o suficiente para dar a ela uma condição de classe dominante na sociedade de classes. Carolina não conseguiu ser aceita, socialmente, pela elite branca paulistana. Fugiu do determinismo da favela, é verdade, tornando-se exemplo de superação.

Ela encontrou na literatura a síntese para a dialética da “vida do espírito” e a vida material, construindo sua “razão negra”, algo que encontra algum paralelo na atuação de Paulo Lins e Ferréz com seus narradores em suas respectivas obras e nas testemunhas presentes em *Capão Pecado*. São as referências na superação do “mal ancestral” que acomete o Brasil periférico, de maioria negra, desde os primórdios coloniais.

Quantas novas favelas nasceram na “necropolítica” brasileira desde o relato de Carolina Maria? A favela do Canindé desapareceu, dando lugar à marginal Tietê. Para onde foram seus habitantes? Quantas outras histórias foram invisibilizadas? As picaretas do progresso criaram as marginais, repletas de carros importados e moradores de rua, pretos como Carolina, os quais continuam vivendo de maneira idêntica, ou até pior que Carolina, pois nem emprego possuem. A dicotomia espacial do Brasil só cresceu: centro/riqueza x periferia/pobreza. Em lançamento, anos atrás, de uma nova versão de *Quarto de despejo* em inglês, Fortuna (2004 apud ROCHA, 2006, p. 156) afirmou:

Enquanto escrevo este prefácio, o Banco Mundial acaba de publicar dados que revelam que a pobreza na América Latina não viu realmente qualquer mudança nos últimos vinte anos. (...) Estou relendo as últimas notícias e o diário de Carolina de Jesus. Há ainda tudo a fazer.

Não há malandragem que leve Carolina da desordem à ordem. Não há casamento com alguém do estrato superior, um branco que a deseje, um político que lhe dê um cargo na Assembleia ou na nova capital, afinal eles somente aparecem na favela quando há interesse, o

capital social da favela é ínfimo (SOUZA, 2017). Uma boa saída para a superação deste cenário onde paira o “mal ancestral” é a “vida do espírito”, é a construção da “razão negra”. E as manifestações artísticas estão aí para servirem de instrumento.

Quarto de despejo foi publicado em 1960, praticamente junto à construção do conjunto habitacional Cidade de Deus, entre 1962-1963, após as chuvas que destruíram uma favela da cidade, desalojando a população do local. A obra de Carolina Maria possui aproximações e distanciamentos das obras *Cidade de Deus* de Paulo Lins e, posteriormente, de *Capão Pecado* de Ferréz.

Quanto às diferenças, primeiramente, há uma questão de gênero, Carolina é mulher e Paulo Lins e Ferréz são homens. O acesso à educação é um fator diferencial: o escritor carioca concluiu o ensino superior e participou de uma pesquisa científica, enquanto Carolina Maria e Ferréz não completaram o Ensino Fundamental e o Ensino Médio respectivamente. No tocante ao registro literário, Carolina utilizou do diário e os dois autores do romance; cada um possuiu um interesse específico em suas pretensões literárias: Carolina queria ter voz, expor a situação da favela e superar sua condição periférica, Paulo Lins aproveitou o estudo junto a Alba Zaluar para criar um romance ressaltando a vivência da favela em sua cultura e violência; e Ferréz, por sua vez, deu voz à periferia paulistana.

Em relação às proximidades, as obras possuem em comum, acima de tudo, a perspectiva da dialética da marginalidade. Utilizaram, cada um à sua maneira, a “vida do espírito” para a construção da “razão negra”: Carolina na realidade empírica ao ser a narradora-protagonista de sua obra, Paulo Lins e Ferréz por meio de seus narradores e pela criação de personagens fictícios, baseados em pessoas reais, as quais flertaram com as atividades do espírito em suas condutas.

Apesar das diferenças de foco narrativo e de registro literário, as três obras representam uma voz coletiva, item imprescindível nessa nova dialética, como ressalta o seu criador, Rocha (2006, p. 164): “mas é importante que seja ressaltada, pois uma das mais importantes inovações do que tenho chamado de “dialética da marginalidade” é precisamente sua natureza coletiva”. São narrativas realistas que utilizam de inúmeros testemunhos reais, oriundos do ambiente da favela, para dar credibilidade às suas obras (SCHOLLHAMMER, 2019).

No texto de Ferréz, são vários os “manos” da periferia que aparecem para dar o seu testemunho de vida à margem dos direitos e do consumo da sociedade de classes. Sujeitos que ao utilizarem da “vida do espírito”, perceberam e não aceitam, ao menos na consciência, viver em tamanha desigualdade material. Não aceitam o determinismo do espaço, querem a todo custo evitar o “mal ancestral”. São vários rappers, como Mano Brown dos Racionais Mc’s, ex-presidiários, os quais dão o seu depoimento não só para atestar a narrativa do autor, mas também

para mostrar que a situação do personagem Rael e seus amigos é de natureza empírica e representa a vida da comunidade. Aliás, Mano Brown, em depoimento para *Capão Pecado*, aposta que a vida no bairro exprime uma condição universal, se relacionando a todas as outras periferias e seus habitantes que vivem nas franjas do sistema: “Pode ser pretensão minha, mas eu acho que Tupac e Bob Marley também tem a cara da nossa quebrada” (apud FERREZ, 2000, p. 23). Independentemente do lugar no mundo, periferia é periferia. E foi a geração do *hip hop* com sua estética de resistência, vinculada à expansão dos meios de comunicação e da cultura de massa, que auxiliou nesse processo de divulgação da realidade de marginalidade e na construção da “razão negra”. Em *Capão Pecado*, Brown é um dos grandes expoentes que demonstram a possibilidade de sair da condição de marginalidade pela “vida do espírito”.

A primeira edição também trouxe várias fotos do bairro, expondo a sua precariedade e se tornando um instrumento didático e universal para que todos possam se identificar com a obra, como apontou Ferréz na dedicatória do livro (2000, p. 8):

Este livro é dedicado também a todas as pessoas que não tiveram sequer uma chance real de ter uma vida digna; que não puderam ser cidadãos, pois lhe impediram de ter direitos, mas lhe foram cobrados deveres. (...) àqueles que não foram alfabetizados e, portanto, não poderão ler esta obra (...). Embora minha profissão para essas pessoas não tenha o menor sentido, este livro é também dedicado a elas.

Giron (2002, p. 34) percebeu que a presença da oralidade na obra nos mostra que estamos diante da presença de “um texto em estado virginal, no qual gêneros em extinção sobrevivem, como troca de cartas, relatos viscerais, confissões e episódios de ação”, ou seja, o texto cria um instrumento de inclusão e uma estratégia comunicativa que remontam aos primórdios da humanidade, tendo um efeito direto para aqueles que, pelas vicissitudes históricas, não tiveram condições sociais de nem ao menos se alfabetizar. Dialoga, inclusive, com a ancestralidade das tradições africanas trazidas para o Brasil, criando uma linguagem de resistência (MOURA, 1994).

No caso da obra de Paulo Lins, *Cidade de Deus* ressalta a relação entre a figura do malandro (“bicho-solto”) e os otários (trabalhadores), os quais sofrem os impactos da alienação na sociedade capitalista. O malandro da favela até inicia a sua vida de ascensão socioeconômica por meio do uso da “vida do espírito”, mas é uma figura individualista, a qual só consegue se manter no ócio se passar por cima do trabalhador: “Enquanto existir otário no mundo/malandro acorda ao meio-dia” (LINS, 2002, p. 258). A moralidade passa longe da ação do malandro, o qual será vítima fácil do “mal ancestral”. Ele não afronta o estrato superior, o que faz é assaltá-lo, mas não mexe em sua estrutura material desigual. Não pensa na coletividade, mas, somente

no seu próprio bem-estar. Ele não vai conseguir morar no Leblon e ser playboy, embora até tente copiar o seu estilo de vida, branqueando-se. O máximo que ele consegue é adquirir respeito em meio à comunidade à custa da exploração e humilhação do “otário”. A seguinte passagem pode ilustrar a discussão:

Tutuca foi criado no morro da Cachoeirinha. Quis ser bandido para ser temido por todos, assim como foram os bandidos do lugar onde morou. Os bichos-soltos botavam tanta moral que o medroso do seu pai não tinha coragem nem de olhar nos olhos deles. Gostava do jeito dos malandros falarem, como se vestiam. (LINS, 2002, p. 26-27)

O malandro de *Cidade de Deus* aspira a uma ascensão, mas dentro de sua própria comunidade. É o limite de sua condição. Ele está sempre à espreita de uma reação da polícia, que representa o aparelho repressivo do Estado, para colocá-lo em seu lugar na sociedade, ou atrás das grades ou debaixo da terra, como acontece com Zé Miúdo entre outros. Para Rocha (2006, p. 43-44), é essa condição do malandro de *Cidade de Deus* que confere à obra a “dialética da marginalidade”:

A ausência de uma perspectiva clara de superação da desigualdade social inviabiliza a promessa utópica do morador da Cidade de Deus ser “finalmente absorvido pelo pólo convencionalmente positivo”, como Candido definiu com precisão o destino do malandro. À revelia de seu desejo, o morador da Cidade de Deus é o otário, simples escada para a duvidosa ascensão do malandro. Por exemplo, como vimos no diário de Carolina de Jesus, os políticos engravatados em busca de voto; os grupos dominantes em busca da paz perdida em meio à violência cotidiana – professores que, como eu, ganham bolsas no exterior e escrevem artigos sobre a “dialética da marginalidade”.

Ao não conseguir sair da condição de marginal, o malandro acaba colaborando para a cristalização do discurso superestrutural dominante, o da democracia racial, já interiorizado nos otários. Embora tenha a consciência racial inicial, o malandro de *Cidade de Deus* não quer um projeto coletivo, político que auxilie a comunidade como um todo e, por isso não pode ser visto como um sujeito livre na sociedade burguesa (ARENDT, 1995). Ao usar da violência gratuita, projetada, ainda, nas consciências individuais, as piores visões, generalizantes e, por isso mesmo, equivocadas, sobre os moradores das favelas.

No caso de Ferréz, a situação não é diferente do que foi visto em *Cidade de Deus*. Em *Capão Pecado*, Rael, mesmo que exerça a atividade da “vida do espírito”, optando pelo estudo, trabalho honesto e se afastando da vida do crime para sair da condição de marginalidade em que ele, seus pais e seus amigos estão inseridos, não consegue se afastar do “pecado”, da

violência inerente ao morador do Capão Redondo. Resumindo, não foi capaz de ultrapassar o “mal ancestral”.

Rael trabalhou, conseguiu uma pequena ascensão, embora dentro do estrato inferior da sociedade, mas não conseguiu escapar da brutalidade da violência. E por mais contraditório que possa ser perante a construção de sua vida, acabou vingando da pior maneira possível a traição de sua esposa, assassinando Oscar. Terminou na prisão e morto em um desentendimento com um detento, em um tremendo exemplar de maldade.

Logo, os protagonistas das três obras possuem uma relação dialética, porque em sua “vida do espírito” se negam a viver na ausência da vida material, identificada como a exclusão do espaço favela. Os protagonistas, sejam eles reais – Carolina Maria de Jesus – ou então fictícios, Zé-Miúdo, Rael e tantos outros, querem evitar o determinismo da periferia, mas a força do “mal ancestral” é um peso que, em muitas vezes, é insuperável. A circularidade parece ser o destino da vida de todos esses personagens. Essa tendência pode ser sintetizada na passagem de *Quarto de despejo*, quando Carolina Maria roga: “Espero que 1960 seja melhor do que 1959. Sofremos tanto no 1959 (...)” (JESUS, 2018, p. 182). E logo em seguida a esperança se desvela na mais terrível realidade ao anotar suas primeiras impressões do dia 1º de janeiro de 1960: “Levantei as 5 horas e fui carregar água” (JESUS, 2018, p. 182). Quantos brasileiros da vida real vivem realidade semelhante?

As três obras, *Quarto de despejo*, *Cidade de Deus* e *Capão Pecado*, nos dizeres de Rocha (2006, p. 162): “Não favorecem mais uma visão negligenciadora de diferenças, mas em vez disso as traz à tona, recusando a promessa incerta da reconciliação social”. É possível estabelecer que os três autores, em diferentes momentos do tempo, pelas suas experiências pessoais e coletivas, projetaram em seus textos as dificuldades de superação da condição de marginalidade. O cenário brutal em que viveram confere um fardo significativo na projeção de suas construções de vida e foi essa tendência de suas respectivas literaturas.

Entretanto, apesar de estarem inseridos em um meio de profunda desigualdades, Carolina, Paulo Lins e Ferréz, ela pela experiência pessoal, eles por meio de seus narradores e testemunhos utilizados, negaram o determinismo social, encontrando na literatura a ferramenta que sintetiza a dialética da “vida do espírito” e a vida material. Nesse sentido, a literatura feita por Carolina, Paulo Lins e Ferréz é uma negação do discurso da democracia racial e a construção, por meio da “vida do espírito” de uma “razão negra” em meio ao espaço da favela.

Dessa maneira, o conceito de Candido (1993), apesar de sua importância histórica inquestionável e de ainda servir para análises de certos comportamentos na sociedade brasileira, principalmente naquilo que tange os comportamentos sociais, típicos da politicagem nacional,

não é mais suficiente para analisar as novas tendências literárias da passagem do século XX para o XXI. Se a “dialética da malandragem” é um modelo leve e alegre para lidar com as desigualdades sociais e o *ethos* brasileiro, a posição da “dialética da marginalidade” caminha em direção contrária ao ressaltar a exploração e a violência hiperbólica.

A passagem da “dialética da malandragem” para a “dialética da marginalidade” é uma questão literária que possui vínculos com o contexto histórico e social do final do século XX e início do século XXI, como retratou Rocha (2006, p. 162):

Em outras palavras, a violência parece não apenas predominar na vida cotidiana, especialmente em centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo, mas também prevalece na produção cultural de nossos dias. Portanto, acredito que o desenvolvimento do conceito de “dialética da marginalidade” pode ajudar a compreender o surgimento de uma produção cultural contemporânea centrada na violência. Vale, então, perguntar se a dialética da malandragem e a ordem relacional têm sido em parte substituídas pelo seu oposto, a dialética da marginalidade e a ordem conflitiva.

E a resposta é sim! Se a literatura pode ser vista como um redimensionamento representacional daquilo que acontece na sociedade, a “marginalidade” presente nos textos de Carolina Maria de Jesus, Paulo Lins e Ferréz é o resultado da continuidade de características escravistas na sociedade livre. Há exatos 132 anos do fim da abolição da escravidão, as políticas públicas dos inúmeros governos brasileiros, todos eles brancos, não foram capazes de romper a história estrutura material desigual, criando condições para que a população negra em geral conseguisse gozar das benesses da sociedade capitalista em uma democracia liberal.

Por esse viés, as três obras analisadas nesta tese, *Quarto de despejo*, *Cidade de Deus* e *Capão Pecado* possuem em comum a denúncia da fratura histórica de elementos da superestrutura brasileira, com destaque para ideologia da “democracia racial”. Ao narrarem o cotidiano de protagonistas reais ou fictícios, as obras demonstram como a estrutura material da sociedade brasileira pós-escravidão estava muito aquém do discurso, muitas vezes oficial, do Estado, que se projetava nas consciências individuais, as quais afirmavam que não havia racismo e, conseqüentemente, brancos e negros viviam em condições isonômicas. O diário de Carolina Maria de Jesus, os romances realistas de Paulo Lins, baseado em estudos antropológicos, e o de Ferréz, acompanhado de testemunhos de rappers da comunidade, mostram uma realidade totalmente oposta ao discurso dominante: as vidas de negros e pobres, mais de um século depois da abolição, ainda guardam muitas similaridades com o período escravista, principalmente pela precariedade da vida na favela, marcada por inúmeros tipos de violência, como a fome, a brutalidade policial, as moradias precárias, o desemprego, a falta de

serviços públicos, com destaque para a saúde e a educação, a criminalidade, entre outros, os quais são resultados da “necropolítica” (MBEMBE, 2018a).

Carolina Maria de Jesus, os narradores de *Cidade de Deus*, *Capão Pecado* e os protagonistas dessas obras fazem uso da “vida do espírito” (ARENDT, 1995), embora de maneiras específicas em cada um dos casos. Entretanto, todos eles, por meio do pensar, procuram distanciar-se das aparências da sociedade em que vivem, ou seja, do discurso dominante da democracia racial e, ao terem um momento a sós com a própria consciência, tiveram uma relação dialética profunda: o pensar negava o viver material, isto é, a consciência não aceitava a vida materialmente desigual, construindo uma “razão negra”. Todos querem superar a condição material de proximidade à vida escravizada. O choque entre essas realidades distintas deveria projetar esses sujeitos, reais ou fictícios em direção a uma nova realidade, a da superação dessa condição. No caso dos protagonistas de *Cidade de Deus* – Inferninho, Pardalzinho e Zé-Miúdo – inspirados em pessoas reais da comunidade ao longo das décadas de 1960 a 1980, e de Rael, protagonista de *Capão Pecado*, a “vida do espírito” somente existe em seu início, na saída das aparências e no querer enquanto superação. Não conseguem unir o “pensar, querer e julgar” (ARENDT, 1995) em direção à uma vida moral, de ação política que os levem à liberdade. Querem sair do determinismo da favela, mas acabam caindo naquilo que chamei de “mal ancestral”, o qual é diferente do “mal banal”, obviamente por não vivermos em um regime totalitário como o de Eichmann e pelos personagens não terem uma “irreflexão” (ARENDT, 1995) completa.

É “ancestral” porque não é novidade, não surgiu agora. É uma continuidade dos males provenientes da escravidão na economia capitalista brasileira, a qual não teve rupturas em sua estrutura e foi sempre conduzida pelos setores da burguesia branca, constituindo o “bonapartismo-colonial-racial”, o qual jogou a população negra no espaço da negação do ser, o da favela, alijada da participação das decisões do Estado. Os personagens de *Cidade de Deus* foram os que mais se aprofundaram nesse mal ao verem no crime a única saída para não viverem a nova escravidão, aquela que açoita os “otários” que vivem subservientes à Casa Grande carioca, recebendo um salário de fome. O resultado dessa empreitada de tentativa de superação da ordem dominante pelo crime é a morte brutal nas guerras entre facções ou então pelos aparelhos repressivos do Estado, seja pela polícia ou pela prisão.

Rael, em *Capão Pecado*, quase logrou sucesso em sua “vida do espírito”. Trabalhou, estudou, acreditou no esforço pessoal até sofrer a traição de sua esposa, mergulhando em tudo aquilo que o seu julgar rejeitava, o crime, matando Oscar, aquele com quem sua esposa o traiu. O “mal ancestral” está onipresente em *Capão Pecado*, atraindo novos pecadores para a sua

prática de imoralidade. Esses personagens não representam, obviamente, a realidade de toda a favela paulistana e carioca. A possibilidade da construção de uma “razão negra” crítica de sujeitos que superam a marginalidade está mais presente, nessas duas obras, na figura de ambos os narradores, os quais espelham seus autores, homens negros que conseguiram, assim como Carolina, utilizar a literatura como uma forma de afastamento das condições materiais desiguais. Há de se ressaltar, também, o significativo uso da “vida do espírito” das testemunhas que aparecem em *Capão Pecado*, em geral rappers, os quais, por meio do movimento Hip Hop, reivindicam uma “razão negra” cuja identidade é de profunda crítica do sistema capitalista, negando-se a aceitar a condição da subalternidade.

Entretanto, em um quadro comparativo, mais próximo da realidade empírica, quem mais teve êxito na “vida do espírito” foi Carolina Maria de Jesus. Ao viver de maneira semelhante a uma genuína aluna de Aristóteles, uma peripatética, aquela que anda e lê, Carolina é um exemplo explícito de dialética entre a vida do espírito e a vida material, cuja síntese foi a superação da marginalidade por meio da literatura. A autora, por meio do seu diário, narrou os horrores do início da construção das favelas paulistanas, em meados dos anos de 1950. Sua realidade material é uma prova cabal de que a ideologia da democracia racial era uma falácia vergonhosa e que os “anos dourados” de Juscelino Kubitschek serviam somente aos brancos e não aos negros e pobres. Entretanto, apesar de vencer o “mal ancestral” em partes, que maltratou Carolina e sua família com a fome e o flerte com o suicídio, ela não teve o reconhecimento que a sua literatura deveria ter recebido, em mais uma prova de que o racismo estrutural se alastrava pela sociedade brasileira, inclusive onde deveria ser extirpado por excelência, na área intelectual, da educação e literatura. Apesar de toda essa falta de reconhecimento no contexto em que viveu, hoje, início da década de 2020, toda a luta de Carolina não foi em vão e a “razão negra” que ela construiu, a de uma identidade de resistência à nova escravidão, a da fome, pela via literária, tem sido mais reconhecida.

Em última instância, o conceito de “vida do espírito” de Arendt (1995) e de “razão negra” (MBEMBE, 2020), tornam-se ferramentas importantes para uma tentativa de superação das condições materiais desiguais. Mas não podemos nos esquecer de que esses conceitos precisam ser construídos coletivamente para a criação de um projeto que rompa com o controle dos meios de produção pelo consórcio de setores da burguesia brasileira que se perpetua ao longo dos séculos, simplesmente se conciliando ou substituindo um ao outro no poder, seja monárquico, republicano, democrático ou ditatorial (COUTINHO, 1979). E a literatura feita por negras e negros, como se viu ao longo da história brasileira, é um veículo de suma importância para a construção desse *lócus* de resistência.

O realismo dessas obras, que exibiu de maneira nua e crua a violência da sociedade brasileira e a repetição da condição de vida material da população negra e pobre, é consequência da ausência de rupturas estruturais na História nacional. Isso significa que, basicamente, a mesma elite branca que esteve no poder durante o período colonial, dona dos meios de produção manteve-se no poder ao longo desses mais de cinco séculos de Brasil (COUTINHO, 1979), tornando o racismo uma poderosa ferramenta de controle político e econômico da população negra, marca fundamental do que chamei, a partir da leitura e adaptação do conceito de Mazzeo (2015), de “bonapartismo-colonial-racial”, o qual pratica a “necropolítica” de Mbembe (2018a). Ianni (2004, p. 3) concorda com essa visão sobre o racismo brasileiro:

Racializar uns e outros pela classificação e hierarquização revela-se inclusive uma técnica política, garantindo a articulação sistêmica em que se fundam as estruturas de poder. Racializar ou estigmatizar o “outro” e os “outros” é também politizar as relações cotidianas, recorrentes, em locais de trabalho, estudo e entretenimento – bloqueando relações, possibilidades de participação, inibindo aspirações, mutilando a práxis humana, acentuando a alienação de uns e outros, indivíduos e coletividades. Sob todos os aspectos a “raça” é sempre “racialização”, trama de relações no contraponto e nas tensões “identidade”, “alteridade”, “diversidade”, “desigualdade”, compreendendo integração e fragmentação, hierarquização e alienação.

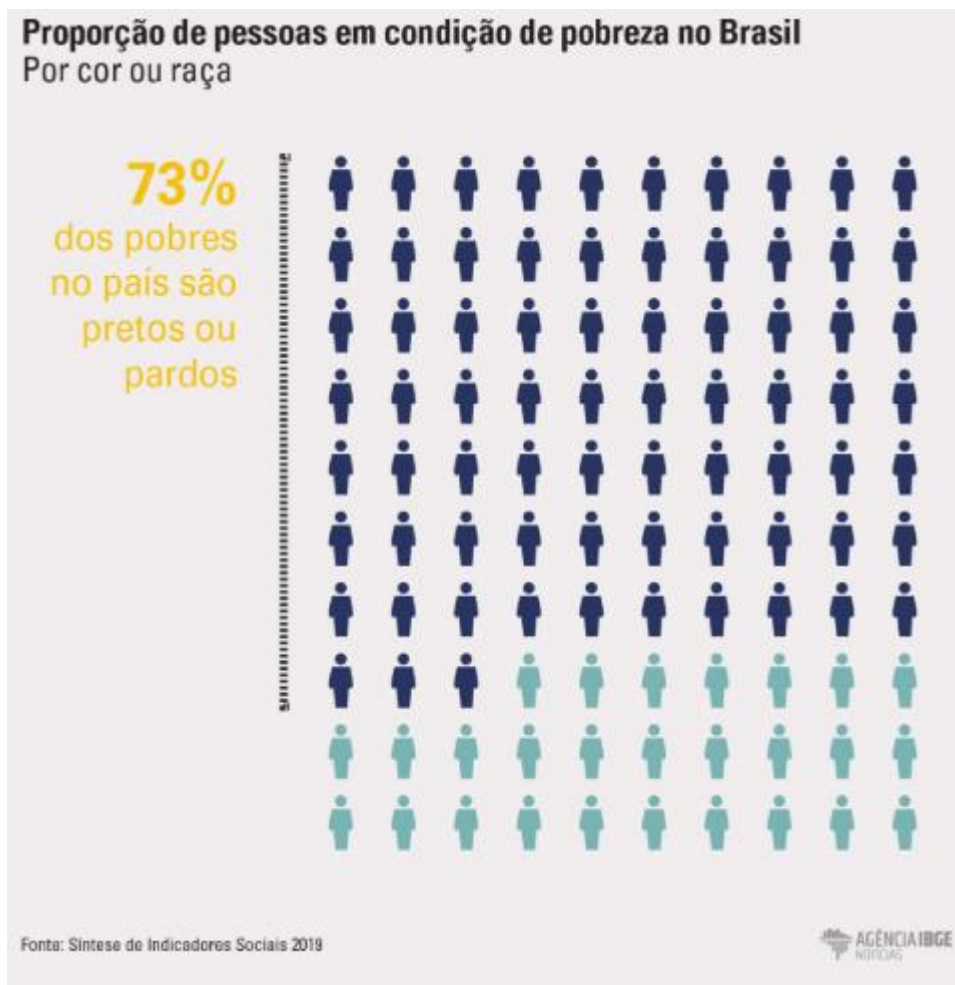
Percebe-se que mudaram os nomes, as roupas, as atividades econômicas, mas os privilégios, com poucas alterações, mantiveram-se cristalinos, ou melhor, brancos. É por isso que defendi, pelo viés marxiano-brasileiro, principalmente pela abordagem de Moura (1994), Coutinho (1979) e Fernandes (1975), que a história brasileira se repete. Ao vivermos em uma sociedade alienada, consequência da separação entre trabalhador e produto, torna-se evidente o teatro de máscaras da igualdade racial entre brancos e negros. Um animado baile para muitos brasileiros, que cinicamente dirão “há um negro na elite, o negro é protagonista no futebol” e tantos outros pontos fora da curva. Nas palavras acertadas de Kabengele Munanga (2017 apud DANTAS; FERREIRA; VÉRAS, 2017, p. 40), esse racismo *a la brasilis* é um “crime perfeito” porque os brancos o praticam e, de maneira alienada, não se afirmam como racistas:

Todos os racismos são abomináveis, são crimes, mas eu achei que o racismo brasileiro é um crime perfeito partindo da ideia de um judeu prêmio [Nobel] da Paz que disse uma vez que o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio, e nesse sentido achei o racismo brasileiro um crime perfeito. É como um carrasco que você não vê te matando, está com um capuz; você pergunta pelo racista e você não encontra, ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem. Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito... Nesse sentido, era um crime perfeito, porque não deixava nem a

formação da consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial.

É de suma importância findar este baile de mau gosto da suposta democracia racial, expondo a desonestidade intelectual desse “racismo perfeito” que destrói há séculos oportunidades e vidas. As evidências para isso são gigantescas e elas existem aos montes na seara do materialismo histórico e seus intérpretes. Todas as pesquisas empíricas mostram a falácia da democracia racial, corroborando as narrativas literárias aqui expostas.

O que realmente mudou na estrutura material brasileira para as classes mais baixas desde a abolição da escravidão em 1888? A realidade de Carolina Maria de Jesus deixou de existir? As favelas e periferias como Cidade de Deus e Capão Redondo tornaram-se locais menos violentos e de mais oportunidades aos seus moradores? Se o Brasil é um país de maioria negra, o maior fora da África (MOURA, 2019), as condições de vida dessa população ainda flertam com o cenário da violência e miséria da escravidão. A fome que Carolina e sua família passaram ainda recai sobre a população brasileira, atingindo, principalmente, a população negra. Centenas de governantes passaram pelos poderes brasileiros desde a abolição, em sua maioria absoluta, homens e brancos, de origem burguesa em geral. E não foram capazes, muito pela alienação que lhes é inerente, de resolver esse mal, mantendo a realidade dos descendentes de escravizados similar à carestia típica do período escravista, como atestam os seguintes números:



FONTE: Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>, acesso em 20 de março de 2020.

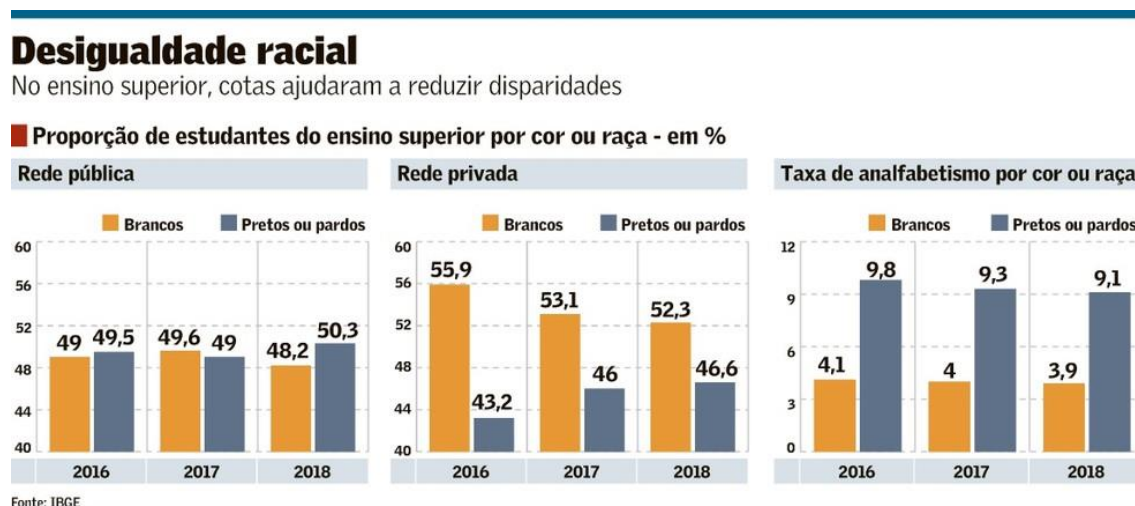
Segundo a síntese de indicadores sociais do IBGE, existem pelo Brasil milhões de Carolinas Marias, lançando Raels, Zé-Miúdos e tantos outros personagens das obras analisadas na marginalidade, na violência, no flerte com o “mal ancestral”, pois a condição socioeconômica da população negra ainda é de substancial carência:

Em 2018, pessoas de cor ou raça preta ou parda tiveram rendimento médio domiciliar per capita de R\$ 934, quase metade do rendimento de R\$ 1.846 das pessoas de cor ou raça branca. [...] Em relação às condições de moradia, 56,2% (29,5 milhões) da população abaixo da linha da pobreza não têm acesso a esgotamento sanitário; 25,8% (13,5 milhões) não são atendidos com abastecimento de água por rede; e 21,1% (11,1 milhões) não têm coleta de lixo. Tanto em relação às inadequações habitacionais como em relação à ausência de saneamento, as proporções registradas são maiores entre pretos e pardos do que entre brancos. Entre pretos e pardos, 42,8% (49,7 milhões) não são atendidos com coleta de esgoto; 17,9% (20,7 milhões), não têm

abastecimento de água por rede; e 12,5% (14,5 milhões) não têm acesso a coleta de lixo.³⁹

Se recebem um salário menor e moram em habitações precárias, é óbvio que terão um acesso inferior à saúde de qualidade ou nem isso se comparados à maioria da população branca. Negros utilizam muito mais o Sistema Único de Saúde (SUS) que brancos (de acordo com a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 67% dos brasileiros que dependem exclusivamente do SUS são negros, e estes também são maioria dos pacientes com diabetes, tuberculose, hipertensão e doenças crônicas no país).⁴⁰ As consequências disso são óbvias, a começar pela menor expectativa de vida. E no 1º semestre de 2020, quando o mundo vive a pandemia do Covid-19, já se sabe quem são as suas vítimas menos protegidas. Até na doença e na morte há racismo. Não seria essa tendência uma consequência da prática histórica da “necropolítica” brasileira?

A educação de qualidade, importante elemento do capital cultural (BORDIEU, 2009), capaz de elevar, socialmente, um indivíduo, continua sendo privilégio, em sua grande maioria, da população branca, sendo negros e negras lançados, em geral, às escolas públicas que, infelizmente, ainda carecem e muito, visto a continentalidade do país, de melhorias:



FONTE: Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/11/14/pela-1a-vez-metade-dos-alunos-de-universidade-publica-e-negra.ghtml>, acesso em 11 de abril de 2020.

³⁹ Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>, acesso em 20 de março de 2020.

⁴⁰ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/coronavirus-e-mais-letal-entre-negros-no-brasil-apontam-dados-da-saude.shtml>, acesso em 11 de abril de 2020.

Os jovens negros da periferia, como os personagens Rael, Inferninho e Zé Miúdo continuam sendo as maiores vítimas da violência urbana. Não por acaso essa temática é muito presente na Arte da periferia, colaborando para as narrativas realistas. De acordo com a Anistia Internacional, um jovem negro brasileiro, tem, em média 2,5 vezes mais chances de morrer do que um jovem branco (SCHWARCZ, 2019, p. 33), ou seja, ele continua sendo vítima da violência policial e dos confrontos na favela, com dados terríveis que são semelhantes aos de países em guerra, como na Síria, Iêmen e Afeganistão (SCHWARCZ, 2019, p. 34), como certificam os números abaixo:



FONTE: Disponível em

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/190626_infograficoatlas_2019.pdf, acesso em 20 de março de 2020.

Todos esses dados são facilmente explicados pela manutenção da estrutura material desigual, basicamente a continuidade do “capitalismo racial” (ROBINSON, 2000) dos primórdios da colonização, mantendo ainda características de nosso “bonapartismo-colonial-racial”, ainda mais em um momento de ascensão do bolsonarismo demofóbico. Falar em sua ruptura, como a realização de uma reforma agrária, mesmo que nos moldes capitalistas como os Estados Unidos fizeram no século XIX, nos dias de hoje soa praticamente um crime de terrorismo para aqueles que ocupam o Governo Federal. As grandes metrópoles brasileiras estão aí para qualquer um constatar o caos urbano em que vivemos. Milhões de pessoas morando nas ruas, periferias cada vez mais afastadas dos serviços básicos, violência praticada

pelos aparelhos repressivos continua matando os mesmos desde sempre: negros e pobres. Nossa prática política indelével, o bonapartismo praticante da “necropolítica”, ainda se faz presente.

Toda essa conjuntura é muito diferente do que aquela da escravidão? As prisões e manicômios brasileiros ainda estão tomados por significativos contingentes de negros (as) e isso demonstra a resposta negativa (SCHWARCZ, 2019, p. 39).

Analisando essa realidade, Schwarcz (2019, p. 32) sintetizou o legado de quase 400 anos de escravidão:

E, se hoje em dia as teorias raciais saíram de voga, se o conceito biológico de raça é entendido como falacioso e totalmente equivocado em suas decorrências morais, ainda utilizamos a noção de “raça social”; aquela que é criada pela cultura e pela sociedade do nosso cotidiano. Tendemos também a perpetuar um plus perverso de discriminação, que faz com que negros e negras morram mais cedo e tenham menor acesso aos direitos de todos os cidadãos brasileiros. Essas são histórias “persistentes”, que não terminam com a mera troca de regimes; elas ficam encravadas nas práticas, costumes e crenças sociais, produzindo novas formas de racismo e de estratificação.

Apesar de tudo, as vitórias também precisam ser ditas, comemoradas de modo que sirvam de estímulo para que uma nova realidade seja criada para a população negra. A política de cotas raciais nas universidades promoveu a ascensão de milhares de negros e negras (em 2018, passaram a representar 50,3% dos estudantes do ensino superior da rede pública, segundo a pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil* do IBGE)⁴¹. O Quilombhoje está aí na atividade, comemorando os mais de 40 anos dos *Cadernos Negros*, fundamentais para a construção da “razão negra”; o reconhecimento e a visibilidade de artistas, escritoras e escritores negros e negras na produção da cultura nacional e de repercussão mundial, como Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Lázaro Ramos, entre outras personalidades. Há o fortalecimento do movimento Hip Hop nas periferias. Tudo isso é acompanhado também por Conselhos Afro e diversos movimentos espalhados pelo país em defesa da negritude e da mudança material e, conseqüentemente, das mentalidades racistas.

É verdade que o momento atual requer um revigoramento da luta racial, pois a ideologia da branquitude também se fortaleceu com o bolsonarismo. Todos os avanços e conquistas do movimento negro provocaram, em certa medida, uma ação dos reacionários, os quais, por meio de seus poderes históricos, procuram manter a história do Brasil no fluxo contínuo de repetições, em defesa da “história única” que a própria Chimamanda Adichie (2019) também vem nos auxiliando a desconstruir.

⁴¹ Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/13/politica/1573643039_261472.html, acesso em 12 de abril de 2020.

De qualquer maneira, a partir da estrutura material em que vivemos, a Literatura, como expressão do real e elemento da superestrutura, vai cada vez mais demonstrar a “marginalidade” daqueles para quem as estruturas racistas insistem em negar a dignidade. Seja por um realismo performativo (SCHOLLHAMMER, 2009) ou qualquer outra tendência literária que venha nascer dos meios populares. Fato é que essa literatura proveniente da periferia já contribuiu de maneira decisiva nas últimas décadas ao mostrar a fratura histórica construída há séculos, bombardeando a ideologia construída ao longo dos séculos XIX e XX: não somos e nem estamos perto de sermos uma democracia racial. É nessa ação popular, do movimento negro como um todo que estamos caminhando para construir uma verdadeira democracia. As palavras de Coutinho (1979, p.25) mostram um caminho:

Para o conjunto das forças populares, coloca-se assim uma tarefa de amplo alcance: a luta para inverter essa tendência elitista ou “prussiana” da política brasileira e para eliminar suas conseqüências nas várias esferas do ser social brasileiro. (Não se deve esquecer, antes de mais nada, que a “via prussiana” levou sempre à construção das superestruturas adequadas à dominação de uma restrita oligarquia — primeiro latifundiária, agora monopolista — sobre a esmagadora maioria da população.) A luta pela eliminação dessa tendência confunde-se com uma profunda renovação democrática do conjunto da vida brasileira.

Desse modo, os movimentos populares e as manifestações artísticas caminham para uma segunda e verdadeira abolição. Pode-se especular como ela será feita: quem sabe, por um movimento popular, pela via democrática, como consequência do aprofundamento das políticas ultraliberais em que vivemos; ou por uma explosão revolucionária da periferia, como ocorrido em nosso passado de Palmares, Canudos, Cabanagem, Balaiada, Revolta dos Malês, em busca daquilo que lhe foi tirado, a riqueza material que ela própria e seus ancestrais construíram, historicamente, e que Ferréz e seus parceiros expuseram em *Capão Pecado*. Fernandes (1995, p. 110) concordava com essa perspectiva de organização popular e, antes de falecer, em seu último artigo à *Folha de São Paulo* afirmou, categoricamente:

O subdesenvolvimento, em suma, tem alimentado o desenvolvimento. Esse paradoxo só desaparecerá quando os de baixo lutarem organizadamente contra a espoliação, exigindo transformações profundas na política econômica, nas funções do Estado e na estrutura da sociedade de classes.

Revolucionar a estrutura socioeconômica brasileira é mais do que urgente, ainda mais em um momento no qual as ideias ultraconservadoras e neofascistas vêm ganhando espaço na sociedade brasileira com a eleição de um grupelho negacionista, racista e antiacademicista: o bolsonarismo é a nova roupagem de nosso “bonapartismo-colonial-racial” praticante da

“necropolítica” ao representar os diversos setores da burguesia brasileira, branca, que aceitam o seu autoritarismo e ignorância reinantes em troca da multiplicação dos dividendos do capital que destrói os últimos resquícios de proteção ao trabalhador, disfarçados de “modernização trabalhista” em novas adaptações ideológicas.

Ocorra como for, essa nova abolição precisa desconstruir a branquitude, os privilégios de cor, os quais estão assentados, historicamente, sobre o monopólio dos meios de produção, o latifúndio histórico, conferindo dignidade e oportunidades à população negra. A nova abolição precisa revolucionar o Estado, fazendo com que ele deixe de ser algo estranho à população, definindo suas políticas a partir da participação da própria população via democracia direta, encerrando, enfim, o nosso “bonapartismo-colonial-racial” e sua “necropolítica”.

Se o racismo é superestrutura e é proveniente de relações econômicas desiguais, para que seja no mínimo amenizado, o que é preciso modificar, imediatamente, é a estrutura econômica capitalista, a qual sempre manteve a maioria de africanos e seus descendentes na base social da pirâmide social, como demonstrado ao longo da História. Essa posição é compartilhada por Moura (1994, p. 160), que afirmou:

Porque não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e concreta democracia social, política, econômica cultural. Um país que tem na sua estrutura social vestígios do sistema escravista, com uma concentração fundiária e de rendas das maiores do mundo; governado por oligarquias regionais retrógradas e brancas. [...] Quando democratizarmos, realmente, a sociedade brasileira nas suas relações de produção quando os polos do poder forem descentralizados através da fragmentação da grande propriedade fundiária e o povo puder participar desse poder, quando construirmos um sistema de produção para o povo consumir e não para exportar, finalmente, quando sairmos de uma sociedade selvagem de competição e conflito, e criarmos uma sociedade de planejamento e cooperação, então teremos aquela democracia racial pela qual todos nós almejamos.

Isso posto, poderemos, enfim, entoar juntos o samba de Clementina de Jesus:

Tava durumindo, Cangoma me chamou,
Disse levante povo cativo já acabou.
I-a-la -la -i- la
Disse levanta povo, cativo já acabou
Disse levanta povo, cativo já acabou (JESUS, 1966).

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, C. *O perigo de uma história única*. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Cia. das letras, 2019.
- ADORNO, T. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: Notas de Literatura I. São Paulo: 34 Letras, 2006. Tradução Jorge de Almeida.
- ADORNO, T. W. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: BENJMAMIN, W, HORKHEIMER, M, ADORNO, T. W., HABERMAS, J. *Textos escolhidos*. Traduções: José Lino Grünnewald et al.. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 269-273.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- AGAMBEN, G. *A comunidade que vem*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- ALENCAR, J. *O tronco do ipê*. São Paulo: Ática, 1980.
- ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALONSO, A. *Flores, votos e balas*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Tradução: Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ALVES, C. O navio negreiro. In; ALVES, C. *Os escravos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977. p. 6-12.
- ANDRADE, L. P. *O diário como utopia: Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus*. 2008. 108 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Faculdade de Letras, Três Lagoas, 2008.
- ANDRADE, M. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Garnier, 2001.
- ANDREWS, G. R. Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 95-115, 1997
- ANDREWS, G. R. *Negros e brancos em São Paulo*. Bauru: EDUSC, 1998.
- ANJOS, A. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2004.
- ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982.
- ARANHA, M. L. A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2000.
- ARENDT, H. *Basic Moral Propositions*. Lecture at University of Chicago, Chicago, Ill, 1966.

ARENDT, H. *A vida do espírito*. Tradução: César Augusto de Almeida *et al.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

ARENDT, H. *Responsabilidade e julgamento*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

ARENDT, H. *Origens do totalitarismo, antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das letras, 2012.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução: Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ARLT, R. *Águas fortes cariocas: e outros escritos*. Tradução: Pacheco. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.

ARRUDA, J. J. *A Revolução Industrial*. São Paulo: Ática, 1988.

ASSIS, M. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ATHAYDE, C.; MEIRELLES, R. *Um país chamado favela: a maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira*. São Paulo: Gente, 2014.

AZEVEDO, A. *O mulato*. 9. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BACHA, E.; UNGER, R. M. *Participação, salário e voto: um projeto de democracia para o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BAGNO, M. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.

BANDEIRA, M. *Obra completa: volume único*. 4. ed., organizada pelo autor. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1996, p. 397-398.

BARIANI JUNIOR, E. *A sociedade como ficção: romance e interpretação social no Brasil do século XIX*. Curitiba: Editora CRV, 2017.

BARRETO, A. H. L. *Bagatelas*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a.

BARRETO, A. H. L. Os Bruzundangas. In: BARRETO, A. H. L. *Obras de Lima Barreto*. São Paulo: Brasiliense, 1956b. p.126-130.

BARRETO, A. H. L. *Clara dos Anjos*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.

BARRETO, A. H. L. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*. São Paulo: Ática, 1995.

BARRETO, A. H. L. *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

BARRETO, A. H. L. Diário íntimo. In: BARRETO, A. H. L. *Prosa seleta*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001. p. 127-130.

- BARRETO, L. A margem. In: SCHWARCZ, L. M. *Lima Barreto, triste visionário*. São Paulo, Cia. das Letras, 2017, p. 299.
- BARTHES, R. *O rumor da língua*. Trad. de Mario Laranjeira. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BEN, J. *A tábua de esmeralda*. Rio de Janeiro: Philips Records, 1974. 1 disco sonoro.
- BERND, Z. *Literatura e identidade nacional*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- BESSA, V. A. *Um bocadinho de cada coisa: trajetória e obra de Pixinguinha*. 2005. 263 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2005.
- BETHEL, L. *A abolição do comércio brasileiro de escravos*. Brasília: Senado Federal, 2002.
- BETHENCOURT, F. *Racismos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- BILAC, O. Crônica. *Revista Kosmos*, ano 1, n. 4, p.3. Rio de Janeiro, 1904.
- BINZER, I. *Os meus romanos: Alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- BORGES, V. R.; SANTOS, L. G. Quarto de despejo: o espaço na obra de Carolina de Jesus. *Anais do SILEL*, vol. 3, n. 1, p. 1-8, Uberlândia, 2013.
- BOSI, A. *Memória e sociedade; lembrança de velhos*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987. p.181-190.
- BOSI, A. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999.
- BOSI, A. Narrativa e resistência. In: BOSI, A. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 11-27.
- BOURDIEU, P. *A distinção*. São Paulo: Edusp, 2009.
- BRAIT, B. *A personagem*. São Paulo: Ática, 1985.
- BRANDÃO, L. A. *Teorias do espaço literário*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte, MG: FAPEMIG, 2013.
- BROCOS Y GÓMEZ, M. *A redenção de Cam* (1895). Óleo sobre tela, 199cm x 166cm. Rio de Janeiro: Museu de Belas Artes.
- BROOKSHAW, D. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- BUENO, E. *Brasil, uma história*. Porto Alegre: Ática, 2003.

BURKE, P.; PALLARES-BURKE, M. L. *Repensando os trópicos: um retrato intelectual de Gilberto Freyre*. São Paulo: Unesp, 2009.

CAMARGO, O. *O negro escrito*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura / IMESP, 1987.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução: Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANDIDO, A. Dialética da malandragem. In: CANDIDO, A. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993. p. 123-152.

CANDIDO, A. *A educação pela noite*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

CANDIDO, A.; CASTELLO, J A. *Presença da literatura brasileira*. São Paulo: Difel, 1976.
 CAPELLETTE, W.; JORGE, S.; YUCA, M. SOARES, E. A Carne. In: SOARES, E. *Do Cócix Até o Pescoço*. São Paulo: Maianga Discos, 2002. 1 disco sonoro, faixa 6 (3 min 39 seg).

CARDOSO, C. F. S. O trabalho na colônia. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p.78-80.

CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. 5. Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

CARVALHO, J. *Brasil e São Paulo: configurações históricas e apontamentos recentes sobre a concentração fundiária e a luta pela terra*. 2010. Disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/brasil-e-s%C3%A3o-paulo-configura%C3%A7%C3%B5es-hist%C3%B3ricas-e-apontamentos-recents-sobre>.

CARVALHO, J. M. *Teatro de sombras*. Rio de Janeiro, IUPERJ/ Vértice, 1988.

CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das letras, 2017.

CARVALHO, L. *Uma leitura de Cidade de Deus, de Paulo Lins*. 2007. 103 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

CASCÃO. Testemunho. In: FERRÉZ. *Capão Pecado*. São Paulo: Objetiva, 2000, p. 56.

CAVALCANTI, L. *As preocupações do belo: arquitetura moderna brasileira dos anos 30/40*. Rio de Janeiro: Taurus, 1995, p. 79.

CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020.

CHALHOUB, S. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

CHALHOUB, S. *A força da escravidão*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004.

- CONCEITO MORAL. Testemunho. In: FERRÉZ. *Capão Pecado*. São Paulo: Objetiva, 2000, p. 161.
- COSTA, E. V. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- COSTA, E. V. *A abolição*. São Paulo: Unesp, 2010.
- COSTA E SILVA, A. C. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- COSTA E SILVA, A. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- COUTINHO, C, N. A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 9, março de 1979 p. 33-48.
- CUTI [Luiz Silva]. Literatura negra brasileira: nota a respeito de condicionamentos. In: QUILOMBHOJE. *Reflexões sobre a literatura afro-brasileira*. São Paulo: Copidart, 1985.
- DALCASTAGNÈ, R. A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 26, p. 13-71, Brasília, julho-dezembro, 2005.
- DANTAS, A. A atualidade do mundo de Carolina. JESUS, C. M. *Quarto de Despejo*, 2018, prefácio da 10a edição, São Paulo: Ática, 2018.
- DANTAS, S.; FERREIRA, L.; VÉRAS, M. P. B. Um intérprete africano do Brasil: Kabengele Munanga. *Revista Usp*. São Paulo. n. 114, p. 31-44, 2017.
- DARWIN, C. *On the Origin of Species by Means of Natural Selection*. London: Penguin, 1968.
- DÁVILA, J. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil (1917-1945)*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- DAVIS, D. B. *The problem of slavery in the Age of Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 1966.
- DIDIER, B. *Le journal intime*. Paris: PUF, 1976, p. 7-26.
- DINIZ, J. *Identidade negra e modernidade na obra de Lima Barreto*. 2010. 114 f. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2010.
- DIWAN, P. S. Eugenia, a biologia como farsa. *História Viva*, n. 49, p. 105 -106, 2007.
- DUARTE, E A. *Machado de Assis: afro-descendente*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Pallas/Crisálida, 2007.
- DURIGAN, J. João Antônio e a ciranda da malandragem. SCHWARZ, R. (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 214-218.
- EAGLETON, T. *Marx*. Tradução: Marcos B. de Oliveira. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

EAGLETON, T. *Ideologia, uma introdução*. Tradução: Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, F. Prefácio. MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. 3. ed.. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 21-22.

FAÇANHA, D. *Política e escravidão em José de Alencar: O tronco do ipê, Sênio e os debates em torno da emancipação (1870-1871)*. São Paulo: Alameda, 2017.

FANON, F. *Os condenados da terra*. Tradução: Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2015.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronado político brasileiro*. São. Paulo: Globo, 2000.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE, 1996.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Europeia, 1972.

FERNANDES, F. O rateio da pobreza. *Folha de S. Paulo*, 11 de agosto de 1995, p. 1.10.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes (v. 1)*. Rio de Janeiro: Globo, 2008. 2 v.

FERRÉZ. *Capão Pecado*. São Paulo: Objetiva, 2000.

FERRÉZ. Manifesto de abetura: literatura marginal, *Caros Amigos/Literatura Marginal 1*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

FERRÉZ (Org.). *Literatura marginal: talentos da escrita periférica*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.

FILHO, H. A. Reflexões sobre Literatura Negra na realidade política brasileira. In: XAVIER, A; CUTI; ALVES, M. (Org.). *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*. São Paulo: IMESP, 1986.

FORTUNA, F. An autobiography of wretchedness. In: JESUS, C. M. *Beyond all pity*. Trans. David St. Clair. London: Souvenir Press, 2004. p. 7.

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.

FOUCAULT, M. Space, Knowledge and Power. In: RAINBOW, P. (ed.). *The Foucault Reader*. London: Penguin Books, 1984. p. 239-256.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

FOUCAULT, M. O que é um autor? FOUCAULT, M. *Ditos & Escritos III*. Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b. p. 264-298

FREYRE, G. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

FRIEDMAN, N. *O ponto de vista na ficção, o desenvolvimento de um conceito crítico*. Tradução de Fábio Fonseca de Melo. Revista USP. São Paulo, 2002

FRÚGOLI JR, H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/Edusp/FAPESP, 2000.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

GAMA, L. *Primeiras trovas burlescas de Getulino*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000101.pdf>> Acesso em: 27 out. 2019.

GARRET. Testemunho. In: FERRÉZ. *Capão Pecado*. São Paulo: Objetiva, 2000. p. 93.

GASPAR. Testemunho. In: FERRÉZ. *Capão Pecado*. São Paulo: Objetiva, 2000. p. 57.

GIL, G. *Refavela*. Rio de Janeiro: Phonogram, 1977. 1 disco sonoro.

GLEDSON, J. *Machado de Assis, ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GIRON, L. A. Pena de sangue: vozes da prisão. *Revista Cult*, n. 59, julho, p. 34-44, 2002.

GONÇALVES, A. B. R.; NASCIMENTO, D. A. Favela, espaço e sujeito: uma relação conflituosa. *Revista Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 51-62, 2011.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Ed. e tradução: Luiz Sérgio Henriques; co-ed. Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HEGEL, G. W. F. *Filosofia da História*. Brasília: UNB, 1998.

HERNANDEZ, L. L. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008.

HERSCHMANN, M. (org.). *Abalando os anos 90: funk e hip-hop: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

HOBBS, T. *Leviatã*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

HOBSBAWM, E. *A Era dos Extremos – O breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- HOLLANDA. H. B. *70-80 – Cultura em trânsito*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- IANNI, O. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1962.
- IANNI, O. *Dialética & capitalismo: ensaio sobre o pensamento de Marx*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- IANNI, O. A dialética das relações raciais. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 50, p. 21-30, 2004.
- JESUS, C. *Clementina de Jesus*. Berlin: Odeon Records, 1966.
- JESUS, C. M. *Quarto de despejo*. São Paulo: Ática, 2018.
- JÚNIOR, P. Sentido político e biológico da educação física. *Cultura Política* 4, n. 36, p. 154-155, 1944.
- KANT, I. Resposta à pergunta: O que é esclarecimento? In: KANT, I. *Textos seletos*. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 100-117.
- LEÃO, M. Lei Saraiva (1881): se o analfabetismo é um problema, exclui-se o problema. *Aedos*, v. 4, n. 11, p. 602-615, 2012.
- LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Tradução: Jovita Maria G. Noronha; Maria Inês C. Guedes. Belo Horizonte: Humanitas/ UFMG, 2008.
- LENIN, V. I. El programa agrário de la socialdemocracia en la Revolución Rusa de 1905-1907. LENIN, V. I. *Obras Completas*. Madri: Akal, 1977. p. 105-150.
- LENIN, V. I. *Democracia e luta de classes*. Tradução: Edições Avante! e Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LEVINE, R. M. The cautionary tale of Carolina Maria de Jesus. *Latin American Research Review*, v. 29, n. 1, p. 55-83, 1994.
- LEVINE, R. M., MEIHY, J. C. S. B. *Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O totemismo hoje*. Tradução: Eduardo P. Graeff, Inácia Canelas, Malcom Bruce Corrie. Lisboa: Edições 70, 2003.
- LINS, P. *Cidade de Deus*. Rio de Janeiro: Planeta, 2002.
- LISSOVSKY, M.; MORAES DE SÁ, P. S. (Eds.). *As colunas da educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996. p. 225 (doc. 149).
- LOBATO, M. *Urupês*. São Paulo: Globo, 2009a.
- LOBATO, M. *O presidente negro*. São Paulo: Globo, 2009b.

LOBATO, M. *Reinações de Narizinho*. São Paulo: Globo, 2014.

LOBO, A. O povo assistiu àquilo bestializado. Rio de Janeiro, 1889. In: MELLO, M. T. C. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 55.

LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano. Segundo tratado sobre o governo*. 5. ed. Tradução: Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

LOYOLA, I. Estou cansada de tudo. *Última hora*, 20 de março de 1961, p. 8.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, n. 4. Tradução: C. N. Coutinho, p. 1-18, 1978.

LUKÁCS, G. *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Tradução: Alberto Scarponi. Roma, Riuniti, 1981.

LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. Tradução: Lya Luft e Rodnei Nascimento, São Paulo, Boitempo, 2010.

LUKÁCS, G. *Marx e Engels como historiadores da literatura*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Olavo Bilac e sua época*. Rio de Janeiro: Americana, 1974.

MALHEIRO, P. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes/INL, 1976, v. II, p. 95-96.

MANO BROWN. Testemunho. In: FERRÉZ. *Capão Pecado*. São Paulo: Objetiva, 2000. p. 23.

MARQUES, L. A. *Pacto em Capão Pecado: Das margens para o centro do texto, do texto para o interior do homem*. 2010. 139 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, São Paulo, 2010.

MARQUES, O. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Presença, 2001.

MARX, K. *A burguesia e a contrarrevolução*. Tradução: J. Chasin, M. Dolores Prades, Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Ensaio, 1987.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução: Edgar Malagodi e colaboração de José Arthur Giannotti. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. Livro I, vol. I, tomo I.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução: Edgar Malagodi e colaboração de José Arthur Giannotti. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. Livro I, vol. I, tomo II.

MARX, K. *A origem do capital: a acumulação primitiva*. São Paulo: Centauro, 2000.

MARX, K. *Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon*. São Paulo: Centauro, 2003.

MARX, K. *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão popular, 2008.

MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução: Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *As lutas de classes na França*. Tradução Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução: Alvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Tradução: Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZZEO, A. C. *Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

MCDONALD, R. The Williams Thesis: A Comment on the State of Scholarship. *Journal of African History*, v. 17, n. 2, p. 65-66, 1976.

MEIHY, J. C. S. B. O inventário de uma certa poetisa. In: JESUS, C. M. *Antologia Pessoal*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. p.7-36.

MEIHY, J. C. S. B. “Caçadas de pedrinho” e os caçadores de preconceitos. *Revista Ciências Humanas*, Taubaté, v. 8, n 2, ed. 15, p. 24 - 29, 2015.

MÉRIAN. J. Y. *Aluísio Azevedo, vida e obra: 1857-1913*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MOISÉS, M. *A criação literária*. São Paulo: Cultrix, 2004.

MOTA, C. G. (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOURA, C. *Dialética radical do negro no Brasil*. São Paulo: Anita, 1994.

MOURA, C. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

NABUCO, J. *O abolicionismo*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1988.

NABUCO, J. *Minha formação*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

NARLOCH, L. *O guia do politicamente incorreto da História do Brasil*. São Paulo: Leya, 2009.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, E. P. *Literatura marginal: os escritores de periferia entram em cena*. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

NASCIMENTO, M. *Milton*. São Bernardo do Campo: Emi-Odeon, 1979. 1 disco sonoro.

NASCIMENTO, C. A.; SOARES, M. C. Quarto de despejo: escrita e autora marginalizadas. *Interdisciplinar*, São Cristóvão, v. 30, p. 127-143, 2018.

NATIRUTS. *O povo brasileiro*. Rio de Janeiro: EMI, 1999. 1 disco sonoro.

NEGREDO. Testemunho. In: FERRÉZ. *Capão Pecado*. São Paulo: Objetiva, 2000. p. 133-134.

NOVAES, A. C. *Pensar sem apoios: Hannah Arendt e a vida do espírito como política do pensar*. 2017. 137 f. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017.

O RAPP. *O Rappa*. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 1994. 1 disco sonoro.

ORIGO, I. The Domestic Enemy: The Eastern Slaves in Tuscany in the Fourteenth and Fifteenth Centuries. *Speculum*, v. 30, n. 3, p. 321-366, 1955.

PATROCÍNIO, J. Uma esmola! *Lábaro Acadêmico*, 31 de agosto de 1874.

PELLEGRINI, T. As vozes da violência na cultura brasileira contemporânea. *Revista Crítica Marxista*, n. 21, p. 132-153, 2005.

PEREIRA, E. A. (Org.). *Um tigre na floresta de signos: estudos sobre poesia e demandas sociais no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

PEREIRA, F. *Karl Marx e o Direito: elementos para uma crítica marxista ao direito*. Salvador: Lemarx, 2019.

PEREIRA, L. M. *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

PERPÉTUA, E. D. *A vida escrita de Carolina Maria de Jesus*. Belo Horizonte, Nandyala, 2014.

PIRES, T. R. O. Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. *Revista Direito & Práxis*, v. 9, n. 2, p. 1054-1079, 2018.

PIZA, E.; ROSEMBERG, F. Cor nos censos brasileiros. *REVISTA USP*, São Paulo, n. 40, p. 122-137, dez.-fev. 1998-1999.

PRADO JR. C. *Esboço dos fundamentos da teoria econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRADO JR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

QUATREFAGE, A. de. *The rambles of a naturalist on the coasts of France, Spain and Scicily*. London: Longman, Brown, Green, Longmans, & Roberts, 1857.

QUILOMBHOJE. *Reflexões sobre a literatura afro-brasileira*. São Paulo: Copidart, 1985.

RACIONAIS MC'S. *Nada como um dia após o outro*. São Paulo: Boogie Naípe, 2002. 1 disco sonoro.

REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, J. J.; SILVA, E. O jogo duro do dois de julho: o "Partido Negro" na independência da Bahia. REIS, J. J.; SILVA, E. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 79 -98.

RIBEIRO, D. A Faculdade de Educação e Comunicação da Uenf. *Carta: falas, reflexões, memórias*. Brasília, Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, n. 12, pp. 23-32, 1994.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

ROBINSON, C. J. *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.

ROCHA, J. C. C. A guerra de relatos no Brasil contemporâneo. Ou a “dialética da marginalidade”. *Letras*, n. 32, p. 23-70, 2006.

RODRIGUES, D. O. Aventura e indeterminação urbana em contos de Machado de Assis. *Revista Opiniões*. São Paulo, n. 9, p. 118-127, dez. 2006.

RORIGUES, I. Introdução à literatura afro-brasileira. *Thoth*, n 1. Brasília: Gabinete do Senador Abdias do Nascimento, jan./abr. 1997, p. 255-266.

RODRIGUES FILHO, M. *O negro no futebol brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

ROMERO, S. *Historia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.

ROUSSEAU, J. J. Discurso sobre as ciências e as artes. In: ROUSSEAU, J. J. *Os pensadores*. Tradução: Lourdes Santos Machado. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 165-214.

SAES. D. *Formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, M. S. A prisão dos ébrios, capoeiras e vagabundos no início da Era Republicana. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan.- jun., p. 138-169, 2004.

SANTOS, R. E. O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias. *Revista Lutas Sociais*, v. 19, n. 34, p. 100-113, 2015.

SCHIO, S. M. Hannah Arendt: o mal banal e o vulgar. *Veritas*, v. 56, n. 1 p. 127-135, jan./abr. 2011.

SCHOLLHAMMER, K. E. *Ficção brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

SCHWARCZ, L. M. *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SCHWARCZ, L. M. *Lima Barreto, triste visionário*. São Paulo, Cia. das Letras, 2017.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

SCHWARZ, R. Pressupostos, salvo engano, de Dialética da malandragem. In: SCHWARZ, R. *Que horas são?* São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 129-155.

SCHWARZ, R. Cidade de Deus. SCHWARZ, R. *Seqüências Brasileiras: ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 1999. p. 163-171.

SCHWARZ, R. *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Penguin e Cia. das Letras, 2014.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão*, tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SEYFERTH, G. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 1990.

SILVA, U. B. *Racismo e alienação*: uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SKIDMORE, T. E. *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SLENES, R. W. Malungu, ngoma vem! África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 12, p. 48-67. fev. 1992.

SODRÉ, N. W. *O naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUSA. J. C. Escravocratas. In: SOUSA. J. C. *Melhores Poemas*. São Paulo: Global, 2001. p. 35-141.

SOUZA, J. *A elite do atraso*: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STAROBINSKI, J. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

STOCKING JR., G. W. *Race, culture and evolution*. Essays in the history of anthropology. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

STUCKA, P. I. *Direito e luta de classes*. São Paulo: Acadêmica, 1988.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TOLEDO, C. V. S. Carolina Maria de Jesus: a escrita de si. *Letrônica*, v. 3, n. 1, p. 247-257, 2010.

TOMACHÉVSKI, B. *Teoria da literatura*. Tradução: Ana Mariza Filipouski Leningrado: Poética, 1927.

VELOSO, C. *Velô*. Rio de Janeiro: Philips, 1984. 1 disco sonoro.

VELOSO, C. *Tropicália 2*. Rio de Janeiro: Phonogram/Philips, 1993. 1 CD (42 min, 05 seg).

VELOSO, L. M. *Capão Pecado: sem inspiração para cartão postal*. 2007. 154 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2007.

VERGER, P. *African Religions and the Valorization of Brazilians of African Descent*. Trad. W.F. Feuser. Departamento de Línguas e Literaturas Africanas, Ilé-Ifé, Universidade de Ifé, 21 fev. 1977. (Trabalho apresentado ao corpo docente.)

VERLINDEN, C. *L'Esclavage dans l'Europe médiévale*. Gent: Rijksuniversiteit te Gent, 1953.

VIANA, O. *Evolução do povo brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1938.

VIEIRA, A. Sermão décimo quarto. In: INÁCIO, I.; LUCCA, T. (org.). *Documentos do Brasil colonial*. São Paulo: Ática, 1993, p. 62-75.

VON MARTIUS, C. F. P. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 6 (24), jan., p. 389-411, 1845.

WACQUANT, L. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

WAGLEY, C. (ed.). *Race and class in rural Brazil*. Paris, 1952.

XAVIER, A; CUTI; ALVES, M. (Org.). *Criação Crioula, Nu Elefante Branco*. São Paulo: IMESP, 1986.

YOUNG, R. J. C. *Desejo colonial: hibridismo em teoria, cultura e raça*. Tradução: Sérgio Medeiros. São Paulo: Perspectiva, 2005.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ZOLA, E. *O romance experimental e o naturalismo no teatro*. Tradução: Ítalo Caroni e Célia Berrettini. São Paulo: Perspectiva, 1988.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALCABES, P. *Dread*. New York: Public Affairs, 2009.

ALENCAR, C.; CARPI, L.; RIBEIRO, M. V. *História da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.

ALENCAR, J. *Cartas a favor da escravidão*. São Paulo: Hedra, 2008.

ALENCASTRO, L. F.; RENAUX, M. L. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. ALENCASTRO, L. F. (org.). *História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 85 - 90.

ALVIM, Z. *Brava gente: os italianos em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ARISTÓTELES. *Política*. Edição Bilingue. Tradução: António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Vega, 1998.

ARRUDA, J. J. *A História Antiga e Medieval*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1982.

ASSIS, M. *Esaú e Jacó*. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

BARBOSA, S.; PINHEIRO, J. *Carolina*. São Paulo: Veneta, 2016.

BERGE, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERNAL, Martin. *Black Athena: the afroasiatic roots of classical civilization*. New Jersey: Rutgers University Press, 1987.

BOSI, A. Situação e formas do conto brasileiro contemporâneo. BOSI, A. (org.). *O conto brasileiro contemporâneo*. São Paulo: Cultrix, 1975. p. 7-22.

BUCK-MORSS, S. *Hegel e o Haiti*. São Paulo: N-1 edições, 2017.

CÁCERES, F. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1995.

CALDEIRA, J. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

CARVALHO, A. *Estudos pernambucanos*. Recife: Cultura Acadêmica, 1907.

CASTRO, L. Questões e problemas: ódio entre raças. *A Província de São Paulo*. São Paulo. 6 Fev. 1889, n.p.

CASTRO, P. P. A experiência republicana, 1831-1840. HOLANDA, S. B. *História geral da civilização brasileira*. Vol. II. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005. p. 9-67.

CHAUÍ, M. A não-violência do brasileiro, um mito interessantíssimo. GALVÃO, W. N.; PRADO J. R. B. (org.). *Almanaque 11: Educação ou Desconversa?* São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 1-4.

COSTA, E. V. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. MOTA, C. G. (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1982. p. 73-139.

COSTA, E. V. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo: Martins; Edusp, 1972.

DIAS, M. Monteiro Lobato, racista empedernido. *Carta Capital*, ed. maio 2013, disponível em <https://www.cartacapital.com.br/revista/749/monteiro-lobato-racista-empedernido>.

DIOP, C. A. A origem dos antigos egípcios. MOKHTAR, G. (org.). *História geral da África: África antiga*. São Paulo: Cortez/Brasília: UNESCO, 2011. p. 1-36.

DORATIOTO, F. *Maldita guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

DU BOIS, W. E. B. *The Negro*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1915.

DURKHEIM, E. *Lições de sociologia: a moral, o direito e o Estado*. Tradução: J. B. Damasco Penna. São Paulo: T.A. Queiroz/Universidade de São Paulo, 1983.

FANON, F. *Pele Negra, máscaras brancas*. Tradução: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FRANCES, D. *História do Brasil*. Fortaleza: Premium, 2004.

FRANCO JR., H. *O feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREYRE, G. *Sobrados e mocambos*. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GONÇALVES, M. A.; MATTOS, I. R. *O Império da boa sociedade*. São Paulo: Atual, 1991.

GOULART, M. *Escravidão africana no Brasil (das origens à extinção do tráfico)*. São Paulo: Martins, 1950.

HOFSTADTER, R. *Social Darwinism in American thought*. Boston: Beacon Press, 1975.

- HOLANDA, S. B. *Capítulos de literatura colonial*. Organização e introdução de Antonio Candido. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- HOLANDA, S. B. *História geral da civilização brasileira*. Vol. II. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.
- IRVINE, K. *The rise of the colored races*. New York: W. W. Norton, 1970.
- KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KONDER, L. *Hegel, a razão quase enlouquecida*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- KOTHE, F. R. *O cânone republicano II*. Brasília: editora da UNB, 2004.
- KOWARICK, L. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LAËRCE, D. *Vie, doctrines et sentences des philosophes illustres*. Paris: Garnier Flammarion, 1965. v. 1.
- MARTINS, C. M. *Peste e literatura: A construção narrativa de uma catástrofe*. 2011. 106 f. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. 2011
- MARX, K. Prefácio de 1859. *Para a crítica da economia política*. Tradução: Edgar Malagodi, Leandro Konder et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 22-23.
- MELLO, M. T. C. *A república consentida: cultura democrática e científica no final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- MOURA, C. *Brasil, raízes do protesto negro*. São Paulo: Global, 1983.
- NOBREGA, F. P. *Para compreender Hegel*. São Paulo: Vozes, 2011.
- NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- PEREIRA, C. A. M. et. al. (org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 236-259.
- PEREIRA, J. B. B. *Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio em São Paulo*. 2. ed.. São Paulo: Edusp, 2001.
- SAID, E. W. *Orientalismo, o Oriente como invenção do ocidente*. Tradução: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- SANTOS, J. R. *O que é racismo*. São Paulo: Editora Brasileira, 1994.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SCHWARZ, R. (org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Ed. 34, 2012.

SEVCENKO, N. *O Renascimento*. Campinas: Atual/Unicamp, 1984.

SILVA, J. B. A. *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura*. Rio de Janeiro: Typ. de J.E.S. Cabral, 1840.

SILVA, F. A.; BASTOS, P. I. A. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1976.

SNOWDEN, F. *Black is antiquity*. Cambridge: Harvard University Press, 1970.

SOARES, E. *Do cóccix até o pescoço*. Rio de Janeiro: Dubas Music, 2002. 1 disco sonoro.

SOMET, Y. A África e a Filosofia. *Revista Sísifo*, Feira de Santana, v. I, n. 4, p. 80-101, 2016.

SOUSA, J. C. *O livro derradeiro*. Versão da Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro - USP. Disponível: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000075.pdf> >. Acesso em: 01 nov. 2009.

SOUSA, J. C. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1961.

VAINFAS, R. (org.) *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.